ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2026

ATA N.º 4/2026

(CONTÉM 60 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de dezassete de junho de dois mil e vinte e seis, e atendendo ao seu aditamento ulterior, datado de vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no miniauditório municipal, pelas nove horas e trinta minutos, no dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e seis, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de trabalhos:

1. **Período antes da ordem do dia:**
   - 1.1 Ata da reunião ordinária realizada no dia 24 de abril de 2026 – Apreciação e deliberação;
   - 1.2 Informações – Apreciação.
2. **Período da ordem do dia:**
   - 2.1 Protocolo para a Constituição de Bolsa de Acompanhantes de Maior Acompanhado da Comarca/Distrito de Bragança - Apreciação;
   - 2.2 Relatório de Avaliação Anual da Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2025 – Apreciação;
   - 2.3 Consolidação de contas 2025. Grupo Público: Município de Miranda do Douro/Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.; Certificação Legal de Contas (CLC) e respetivo Relatório de Auditoria e Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas - Apreciação e deliberação;
   - 2.4 Minuta de Protocolo de Apoio Financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Miranda do Douro, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivos e deliberativo, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações - Apreciação e deliberação;
   - 2.5 Minuta de Protocolo de Apoio Financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Duas Igrejas, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivos e deliberativo, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações - Apreciação e deliberação;

2.6 Minuta de Protocolo de Apoio Financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivos e deliberativo, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações - Apreciação e deliberação;

2.7 Minuta de Protocolo de Apoio Financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Malhadas, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivos e deliberativo, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações - Apreciação e deliberação;

2.8 Insígnias de Mérito a atribuir no dia 10 de julho, "Dia da Cidade de Miranda do Douro" – Apreciação e deliberação;

2.9 Proposta de atividade: A Democracia começa nas Assembleias de Freguesia – Nomeação de representantes (2) da Assembleia Municipal;

2.10 Comissão Municipal de Toponímia – Nomeação de um (1) representante da Assembleia Municipal eleito diretamente;

2.11 Instalação de Parques Eólicos e Fotovoltaicos no concelho de Miranda do Douro – Apreciação;

2.12 Informação a prestar pela Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal – Apreciação;

2.13 Outros assuntos.

3. **Período de intervenção do Público**.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Pedro Velho Ferreira; Alfredo Eduardo Argulho Alves; António Augusto Castro Carção; António Manuel Marques dos Santos; Vítor Manuel Quina Pires, em substituição de Priscila Salomé Ribeiro Oliveira; Maria Virgínia Lopes Preto; Camilo António Vaz das Neves Raposo; Bruno Filipe Lourenço Torrado; Jaquelina Gomes dos Santos, em substituição de Eduardo Luís Tiago Beça Sanches da Gama; Dinis Gonçalo Ruano, em substituição de Emanuel Pinto Bernardo; Cristina Maria Teles de Sousa Martins; Carolina Rodrigues Mesquita; Ricardo Nuno Jordão Coelho; Mário João Ferreira Vaz; António Marcos Ruano; Edite Dias Lopes; Micaela Raposo Fernandes da Igreja; Francisco José Carvalho Parreira; Álvaro Xavier Carvalho Rodrigues; António Jorge Jacoto Lourenço; Ricardo Jorge Raposo Lucas; Lísis Fernandes Gonçalves; José Francisco

Gonçalves Ribeiro; Nélio Miguel Seixas; Luís Miguel Poço Santiago; e Zéfiro Domingues Galego, em substituição de António Preto Mamede.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros:
Emanuel David Carção e Silvino Francisco Preto Silva, cujas faltas foram consideradas justificadas.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:
Helena Maria da Silva Ventura Barril; António Nuno Marcos Rodrigues; Vítor Manuel Vaz Bernardo e Ana Sofia Fernandes Ortega.

Constatou-se a ausência do seguinte membro do Órgão Executivo:
António José Fernandes Ribeiro.

Alcançado o quórum, o **Presidente da Assembleia Municipal**, **Pedro Velho Ferreira**, cumprimentou todos os intervenientes e declarou aberta a reunião eram nove horas e quarenta minutos.
Prosseguiu dando as boas-vindas aos quatro membros substitutos presentes na reunião: Vítor Pires, em substituição de Priscila Oliveira; Jaquelina Santos, em substituição de Tiago Sanches da Gama; Dinis Ruano, em substituição de Emanuel Bernardo; e Zéfiro Galego, em substituição de António Mamede.
Seguidamente, registando-se a ausência da segunda secretária, Priscila Vieira, o Presidente da Assembleia Municipal invocou o número 4 do artigo 5.º do Regimento Interno, relembrando que, nas suas faltas ou impedimentos, qualquer um dos secretários é substituído pelo Membro da Assembleia Municipal que seja designado pelo representante do grupo municipal a que o mesmo pertence. Face ao exposto, solicitou ao líder do grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD) que designasse o membro substituto para integrar a Mesa e coadjuvar os trabalhos.
No uso da palavra, o **Líder do Grupo Municipal do PSD**, **António Carção**, em conformidade com o regimento, propôs que a Membro Cristina Santos integrasse a Mesa para acompanhar os trabalhos da Assembleia.
Seguidamente, após Cristina Santos tomar lugar na Mesa de Assembleia, o Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos:

1. Período antes da ordem do dia:

1.1 Ata da reunião ordinária realizada no dia 24 de abril de 2026 – Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que desejassem intervir o fizessem. Não havendo Membros inscritos, submeteu a votação a ata da reunião ordinária realizada no dia 24 de abril de 2026, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos Membros que nela participaram.
No momento da votação não estavam presentes os seguintes Membros: Virgínia Preto; António Jorge Lourenço; Ricardo Nuno Coelho e Ricardo Lucas.

1.2 Informações – Apreciação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que desejassem intervir o fizessem, tendo-se inscrito os seguintes Membros: Bruno Torrado; Jaquelina Santos; Carolina Mesquita; Luís Santiago; António Santos; António Carção; Lísis Gonçalves e António Jorge Lourenço.
Não havendo mais inscrições para o período de informações, o **Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para apresentar uma síntese da atividade recente da Mesa da Assembleia.
Começou por destacar a realização, no passado dia vinte e cinco de abril, de um vídeo conjunto com os grupos municipais do Partido Socialista (PS) e do Partido Social Democrata (PSD) para assinalar a efeméride, enaltecendo o espírito de estreita colaboração que tem pautado o presente mandato.
De seguida, informou que a Mesa da Assembleia participou, no dia sete de maio, em Mirandela, no décimo primeiro aniversário da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM). Na ocasião, o Presidente da Assembleia teve oportunidade de discursar, onde defendeu o reforço das competências das Assembleias Municipais e uma maior cooperação entre estes órgãos deliberativos que muitas vezes apresentam práticas distintas.
Relatou também a sua participação, em conjunto com a Presidente da Câmara Municipal, na reunião do Conselho Consultivo da Comarca de Bragança, que teve lugar em Miranda do Douro no dia 3 de junho. Nesse encontro, com a presença da Senhora Presidente do Tribunal de Comarca, da Senhora Procuradora Coordenadora e do Senhor Administrador Judiciário, foram debatidas formas de colaboração entre as autarquias e os tribunais.
Mais informou que já se encontra disponível no sítio eletrónico do Município um novo separador dedicado à Assembleia Municipal, destinado a dignificar o Órgão e a aproximá-lo dos Munícipes. Apelou, ainda, a todos os Membros para que continuem a enviar as respetivas fotografias, a fim de concluir a atualização da referida página.
Relativamente a outras iniciativas, o Presidente da Assembleia Municipal sublinhou a disponibilidade da Mesa da Assembleia para estar presente nas iniciativas locais de todo o concelho, exemplificando com as recentes presenças nos bailes de finalistas em Miranda do Douro e em Sendim, bem como nas exposições

do Museu da Terra de Miranda. Ressalvou, contudo, que a presença do Órgão prescinde de formalismos, protocolos excessivos ou "honras de Estado", reiterando o gosto da Mesa da Assembleia em acompanhar a população em qualquer momento ou evento, independentemente da sua dimensão. Agradeceu a todos os convites que lhes têm chegado.

Referiu, também, a participação no programa *"7 Novas Maravilhas de Portugal",* em representação da Sé Catedral, sem prejuízo ou oposição à candidatura de Picote. Foi uma candidatura feita pelo património cultural e, não tendo nenhum representante disponível, e havendo compromissos inadiáveis do Executivo Municipal, foi solicitada ao Presidente da Assembleia Municipal a sua presença para representação. Congratulou-se pelo facto da candidatura do Moderno Escondido de Picote (Barrocal do Douro) ter transitado para a fase seguinte, felicitando a respetiva Juntas de Freguesia e a População. Depois, apelou ao voto e à divulgação de todos para o evento que decorrerá em Amarante, no dia 8 de agosto, para ver se é possível eleger esta candidatura para as *"7 Novas Maravilhas de Portugal".*

Ao terminar a sua intervenção, aludiu à proposta constante no ponto 2.9 da Ordem de Trabalhos, cujo propósito assenta na aproximação da Assembleia Municipal às Assembleias de Freguesia, reconhecendo a importância destas enquanto órgãos deliberativos de maior proximidade com os cidadãos e que são muitas vezes esquecidas.

Concluída a exposição, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Membro da Assembleia Municipal, Bruno Torrado.

No uso da palavra, o **Membro da Assembleia Municipal, Bruno Torrado**, cumprimentou os presentes e solicitou ao Executivo Municipal a prestação de esclarecimentos sobre diversos assuntos.

Em primeiro lugar, questionou se o Executivo Municipal tinha conhecimento da instalação de câmaras junto à rotunda do Largo da Moagem, solicitando esclarecimentos sobre o motivo da respetiva instalação, a sua tipologia — designadamente se se tratam de dispositivos de videovigilância ou de outro género —, bem como o estado de funcionamento ou a previsão para o seu início. Indagou, também, se foram acautelados todos os pareceres e licenciamentos legalmente obrigatórios.

Em segundo lugar, interpelou o Executivo Municipal relativamente à Zona Industrial de Miranda do Douro, relembrando a intenção já manifestada de proceder ao seu alargamento e a respetiva avaliação de terrenos em curso. Nesse âmbito, inquiriu sobre o ponto de situação dessa avaliação e se já existia um planeamento mais concreto para a execução da referida obra.

Por fim, aludindo à pretensão manifestada pelo Público na reunião anterior da Assembleia Municipal, quanto à construção de um parque infantil na escola primária, questionou se seria exequível proceder à sua

instalação durante o corrente período de férias escolares, por forma a que o novo ano letivo se iniciasse com o equipamento operacional. Caso contrário, solicitou a indicação da data prevista para a concretização dessa infraestrutura.

A **Membro da Assembleia Municipal, Jaquelina Santos,** cumprimentou todos os presentes e deixou algumas questões ao Executivo Municipal. Começou por indagar se existem novidades em relação ao Centro de Inspeção Técnica de Veículos e questionou a data prevista para a entrada em funcionamento da iluminação da muralha da cidade. Seguidamente, inquiriu se o Executivo Municipal já ponderou a implementação do programa CED - Capturar-Esterilizar-Devolver - gatos de ruas, em colaboração com o Veterinário Municipal. Justificou a pertinência da medida devido ao número elevado de gatos abandonados nas ruas de Miranda do Douro, sublinhando que a atual campanha de esterilização de animais domésticos se revela insuficiente.

No uso da palavra, a **Membro da Assembleia Municipal, Carolina Mesquita,** cumprimentou os presentes e expôs que a sua intervenção incidia sobre a Zona Industrial de Duas Igrejas. Relembrando a sessão da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro do corrente ano, na qual questionara o destino dos terrenos adquiridos para o efeito, referiu ter-lhe sido transmitido que o Município ponderava atrair investimento industrial para aquele espaço. Contudo, sublinhou que tal perspetiva parecia contrariar as declarações anteriores do atual Executivo em Assembleias anteriores. Concretamente, na ata número quatro de 2024, o Senhor Vereador Vítor Bernardo afirmara que a localização da referida zona industrial apresentava constrangimentos devido ao IC5, e que as Infraestruturas de Portugal poderiam não autorizar a passagem de infraestruturas indispensáveis, como águas pluviais e saneamento. Face a isto, considerou crucial compreender o que se alterou, dado que qualquer unidade industrial necessitará sempre dessas mesmas infraestruturas.

Mais acrescentou que a Zona Industrial do Planalto Mirandês foi apresentada como um investimento estratégico para o desenvolvimento económico do concelho, foram adquiridos terrenos, anúncio de financiamento, concurso público e adjudicação da empreitada, tendo o projeto, contudo, acabado por não avançar.

Reconhecendo a legitimidade de se encontrar uma nova solução para rentabilizar os terrenos, considerou igualmente legítimo que a Assembleia Municipal procure clarificar a estratégia do Município para aquele espaço. Concluiu interpelando o Executivo Município sobre o que mudou para que, no corrente ano de 2026, considere possível a instalação de uma indústria naquele local, contrariamente ao que fora anteriormente invocado sobre a falta de condições técnicas do terreno.

No uso da palavra, o **Presidente da União de Freguesia de Sendim e Atenor, Luís Santiago** cumprimentou os presentes e expôs um assunto relacionado com a "Casa do *Cachachim"*, em Sendim, relembrando que o imóvel fora demolido sem autorização do proprietário, que era conhecido como o Senhor *"Cachachim"*, durante um mandato liderado pelo Dr. Júlio Meirinhos. Referiu que a casa fora demolida sem autorização do proprietário e, como era um senhor com algumas limitações, não se defendeu. Posteriormente, foi movida uma ação judicial pela família e ficou provada a ilegalidade do ato. Uma situação que já se prolongava no tempo, cerca de 30 anos, e houve várias tentativas de resolução por anteriores executivos. Em 2020, o Executivo Municipal sob a alçada do Doutor Artur Nunes e Dr. Ilídio Rodrigues construíram uma réplica. Quando o atual Executivo Municipal tomou posse em 2021, encetou esforços para resolver a situação e conseguiu resolver o diferendo através da demolição da estrutura, informando que o custo total da operação envolveu 50 mil euros, mais 30 mil euros para a compra do imóvel e 30 mil euros para o construtor, sendo que inicialmente estavam a ser pedidos 500 mil euros. Endereçou, por isso, os parabéns ao Executivo Municipal pela resolução do problema.

Num segundo ponto, manifestou o seu gosto em participar nas sardinhadas e festas dos Pauliteiros para que é convidado, vai pelo convívio entre as pessoas e fica muito orgulhoso em ver os Pauliteiros do concelho, destacando o dinamismo do grupo de Pauliteiros Sendim. Sublinhou o orgulho no facto do grupo, que se encontrava praticamente inativo, contar atualmente com cerca de 40 jovens pauliteiros e pauliteiras, elogiando o papel desta atividade na união da juventude, na preservação da cultura local e na promoção de ocupações saudáveis fora do contexto digital.

No uso da palavra, o **Membro da Assembleia Municipal, António Carção,** começou por cumprimentar os presentes e saudou a Vereadora Ana Sofia Ortega, manifestando a sua satisfação por, pela primeira vez, contar com a sua presença numa reunião ordinária da Assembleia Municipal e sublinhando a importância de todos os eleitos para o Executivo estarem presentes.

De seguida, expressou o seu reconhecimento e felicitou a Câmara Municipal pela resolução do problema associado à "Casa de Alfredo *Cachachim*". Enquadrou, historicamente, o problema, referindo que a situação remontava ao período entre 1982 e 1984, altura em que o edifício particular fora demolido num ato que classificou como abuso de poder e invasão de propriedade privada. Recordou o seu envolvimento pessoal em negociações com o proprietário, explicando que o acordo fora então inviabilizado pela intransigência do respetivo mandatário judicial (entretanto falecido), que exigia valores superiores a trinta mil contos na época e o pagamento dos honorários.

Mais esclareceu que, em 1990, o Município fora condenado judicialmente ao pagamento de cerca de cinco mil contos, decisão que o advogado não aceitou, tendo recorrido. Em sede de recurso, foi determinada a reconstrução do imóvel no local exato e com os materiais originais, o que era impossível de acontecer. Com uma boa fiscalização a casa nunca teria sido feita, mas foi. Contudo, parabenteou o atual Executivo Municipal e a todos envolvidos por ter solucionado este impasse histórico, o que traduz uma assinalável valorização urbanística para a vila de Sendim.

Continuando, destacou a riqueza do património histórico, natural e arquitetónico do concelho de Miranda do Douro, assinalando com orgulho o facto de ser, previsivelmente, o único concelho com duas candidaturas finalistas ao concurso das "7 Novas Maravilhas de Portugal".

Sem prejuízo de reconhecer a componente comercial e o intuito financeiro por parte das entidades promotoras do evento, enfatizou que a participação representa uma oportunidade crucial de promoção territorial, não esquecendo que o território tem pouca população para votar e ganhar este concurso. Contudo, destacou a relevância da Sé Catedral, do património moderno edificado no Barrocal. Concluiu endereçando os parabéns à Junta de Freguesia de Picote, na pessoa do seu Presidente, bem como a todos os Mirandeses, congratulando o concelho por continuar a ser focado a nível nacional por motivos de mérito.

No uso da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira**, **Lísis Gonçalves**, começou por cumprimentar os presentes. De seguida, expôs diversos assuntos que lhe foram solicitados pelos membros da sua Freguesia, na Assembleia de Freguesia realizada recentemente. Destacou dois pedidos específicos que também integravam os programas eleitorais de 2021 e 2025, partilhados pelas forças políticas candidatas quer ao Município, quer à Junta de Freguesia. Sublinhou que as grandes obras de cariz estruturante normalmente ultrapassam as competências da Junta de Freguesia, carecendo necessariamente do envolvimento dos Executivos Municipais.

Prosseguindo, reconheceu a prontidão do Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Nuno Rodrigues, na resolução de avarias momentâneas. Alertou para a gravidade do problema na zona de "*Boca Rigueiro"* que reconhece que não vem deste Executivo Municipal, mas que pode resolvido por ele e já demonstraram vontade, no entanto já passaram cinco anos e apenas se fazem tratamentos paliativos. Denunciou que o saneamento continua a correr para o rio, reiterando que há um problema estruturante a jusante, identificado e de fácil acesso. Apelou a que se tenha coragem de intervir nessa zona, que se deixe de deitar esgotos para o rio, é do conhecimento público, sendo que há pessoas que fazem hortas nas zonas circundantes, questionando se não haverá problemas. Acrescentou que foi pedido pelo público presente na Assembleia

de Freguesia para resolver este problema. Mencionou que foram enviados *e-mails* a pedir a estreita colaboração, mas que ainda não obtiveram respostas, apesar de acreditar que está a ser tratado.

No que concerne à pavimentação das artérias da aldeia, prevista no programa eleitoral de 2021, o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, assinalou que uma das principais intervenções ocorreu em pleno período de campanha eleitoral, questionando se a maquinaria de asfalto apenas voltará a surgir na freguesia no ano de 2029.

Relativamente à conclusão das obras no açude da ponte caída, o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho relembrou o compromisso reiterado pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, sendo que também esta empreitada está incluída no programa eleitoral de 2025. Face ao exposto, solicitou esclarecimentos sobre estado desta intenção de obra e a origem das verbas destinadas ao financiamento da obra, indagando se estas provêm de fundos alocados aos incêndios ou não.

Abordando as promessas da campanha para o mandato de 2025, concretamente o lema *"Dinamizar a freguesia com obras e apoios",* o candidato Dr. João Fernandes já falava nisto. Na sua perspetiva, o próprio candidato do Executivo à Freguesia de São Martinho notava que havia falta de investimento na sua freguesia. Assim, questionou o Executivo Municipal se abandona os candidatos ou se vão fazer jus e trabalhar nas promessas que fizeram com eles.

Por último, questionou o Executivo Municipal sobre a atual situação dos terrenos da Zona Industrial de Duas Igrejas. Solicitou informações oficiais acerca do interesse de um alegado investidor em instalar uma exploração extensiva de animais, questionando se o processo está previsto avançar e se a totalidade daquela superfície será cedida a esse investidor.

No uso da palavra, o **Membro da Assembleia Municipal, António Santos**, iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos a todos os presentes. Em primeiro lugar, felicitou as equipas que estiveram na base das candidaturas do património de Miranda do Douro ao concurso das *"7 Novas Maravilhas de Portugal",* com especial enfoque na nomeação do *"Moderno Escondido",* em Picote. Considerou a candidatura um feito único e merecedor de ampla divulgação a nível nacional.

Em segundo lugar, manifestou a sua preocupação face às notícias recentemente veiculadas sobre a previsível instalação de parques eólicos e fotovoltaicos no concelho. Receia que o património natural e cultural da região esteja em risco, remetendo uma discussão mais detalhada sobre a matéria para o ponto específico constante na ordem de trabalhos.

Por último, partilhou informações relativas à oferta formativa do ensino secundário no Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro para o próximo ano letivo. Destacou os cursos profissionais nas áreas do

Turismo e da Informática, que se somam aos cursos Científico-Humanísticos de Ciências e de Humanidades. Enalteceu a amplitude desta oferta, fruto de uma parceria concertada entre o Município e a Comunidade Intermunicipal Trás-os-Montes (CIM-TTM), e que poucas escolas a têm. O modelo de "turmas partilhadas" assegura aos alunos a frequência de qualquer curso disponível na área geográfica da CIM-TTM, com transporte devidamente garantido. Concluiu afirmando que esta estratégia representa uma vitória assinalável na fixação de jovens na localidade, apesar de reconhecer os desafios demográficos subjacentes à abertura de todas as turmas.

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** consultou o plenário sobre a intenção de se realizarem mais intervenções antes de conceder a palavra ao Executivo Municipal, visto que, entretanto, tinham chegado mais membros à sala. Confirmada a inscrição do Presidente da Junta de Freguesia de Picote, António Jorge Lourenço, concedeu-lhe a palavra.

No uso da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia de Picote, António Jorge Lourenço,** cumprimentou os presentes e começou por falar sobre o processo de discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). Relembrou aspetos que tem vindo a defender em sessões anteriores relativamente à sua freguesia (Picote e Barrocal), advertindo que certas especificidades locais não foram acauteladas até ao momento e que agora, no âmbito da discussão pública do PDM, parece-lhe que seria importante que viessem a acontecer. Defendeu uma atenção especial por parte do Executivo Municipal ao património do *"Moderno Escondido"* e ao núcleo antigo da aldeia, sendo que na sua opinião as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) devem ser consideradas. Notou que, embora o Plano Diretor Municipal (PDM) anterior contemplasse ARUs no concelho, os resultados foram escassos ou nulos. Notou que a freguesia tem tido alguns ímpetos de construção, e lamenta que quem quer reconstruir não possa ter alguns apoios para o fazer, sendo esta revisão do PDM o momento oportuno para o efeito.

Aproveitou o momento para endereçar um convite geral para a realização, nos dias 4 e 5 de julho, da prova do Campeonato Nacional de Carrinhos de Rolamentos no Barrocal do Douro (Picote), realçando a qualidade técnica e o traçado do circuito.

Dirigiu um agradecimento pelo apoio que todos prestaram à candidatura *Picote "Moderno Escondido"*, no âmbito do Programa das "*Novas 7 Maravilhas de Portugal"* que contribuiu para a passagem à Final Regional, no dia 8 de agosto seguinte.

Seguidamente, proferiu o seguinte discurso:

"Chegados aqui peço o vosso apoio para quando abrirem as votações votem em Picote Moderno Escondido, no Barrocal do Douro, para podermos passar a semifinal nacional e depois seguir para a final nacional e podermos tornar o Moderno Escondido uma das Novas 7 Maravilhas de Portugal.

A chegada do património, Picote – O Moderno Escondido, à Final Regional das 7 Maravilhas de Portugal não é apenas uma vitória da freguesia de Picote e do Barrocal do Douro, nem sequer uma efeméride cultural menor: é um momento de afirmação e de orgulho para todo o concelho de Miranda do Douro.

Durante décadas, dissemos que o Bairro de Picote e a sua harmonia com as arribas do Douro eram um "segredo bem guardado". Mas a verdade, é que o património não se quer escondido; quer-se vivido, valorizado e projetado. Esta nomeação faz precisamente isso: coloca na montra nacional a audácia da engenharia, a beleza da arquitetura modernista e a memória dos homens e mulheres que moldaram o nosso território no século XX.

Esta presença na Final Regional traz-nos duas responsabilidades imediatas que esta Assembleia e o Executivo Municipal não podem ignorar:

- *Uma Responsabilidade de Mobilização: estar na final exige votos. Exige que a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, o tecido associativo e cada um de nós, munícipes, sejamos embaixadores desta causa. Temos de mobilizar a nossa comunidade e, de forma muito especial, a nossa diáspora — os barragistas, todos os mirandeses espalhados pelo país e pelo mundo — para colocarmos o Barrocal do Douro e Moderno Escondido no lugar que merece.*
- *Uma Responsabilidade de Futuro: independentemente do resultado final — e todos trabalharemos para a vitória —, este holofote nacional tem de ser aproveitado. O "Moderno Escondido" tem de passar a ser um motor de turismo cultural sustentável, atraindo visitantes que queiram complementar a nossa riqueza histórica, a nossa língua e a nossa gastronomia com este património industrial único.*

Falar do conjunto da Barragem de Picote, ou como é conhecido do Moderno Escondido, é falar de uma joia da arquitetura do século XX, recentemente recuperada, que durante décadas, esteve deitada ao abandono, mas ao mesmo tempo resguardada pelo isolamento e pela própria natureza imponente das Arribas do Douro.

O "Moderno Escondido" não pode continuar a ser um segredo apenas partilhado por arquitetos, historiadores ou pelos poucos que têm o privilégio de conhecer o Bairro do Picote. Aquela harmonia perfeita entre a arquitetura modernista e a paisagem agreste do Planalto Mirandês é um ativo cultural único no país.

Deixo aqui a minha visão, alias já partilhada com o Executivo Municipal, que a transição e a gestão deste património devem assentar em três pilares fundamentais:

- *Identidade e Comunidade: O Bairro de Picote e as suas infraestruturas não são apenas betão e design; são a memória viva dos homens e mulheres que moldaram o Douro e que trouxeram a modernidade a esta região. Qualquer intervenção ou modelo de gestão tem de respeitar e integrar a comunidade local.*
- *Parcerias Estratégicas: A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia não podem, nem devem carregar sozinhas o fardo da preservação e dinamização. É imperativo consolidar pontes com as entidades detentoras do património industrial, com as universidades e com as rotas de turismo cultural e científico.*
- *Sustentabilidade e Desenvolvimento: Transformar o "escondido" em "descoberto" de forma sustentável. Queremos atrair um turismo de qualidade, que valorize o nosso concelho, que consuma a nossa gastronomia, que compre o nosso artesanato, sinta a nossa língua, e que fixe valor em Miranda do Douro.*

Senhora Presidente, caros membros da Assembleia Municipal, meus senhores, minhas senhoras.

O património modernista de Picote recebeu recentemente atenções que abrem portas extraordinárias. Não podemos deixar que esta oportunidade passe ao lado de Miranda. A passagem deste património para uma nova fase de fruição pública e valorização deve ser encarada como um desígnio concelhio.

Mais do que salvaguardar as paredes e o traço arquitetónico, precisamos de dar vida àquele espaço. Propomos, por isso, que o Executivo Municipal continue a priorizar a criação de um plano estruturado de salvaguarda e promoção. Este é o momento para o fazer pois temos em discussão pública o PDM de Miranda do Douro, que pode e deve considerar propostas concretas de atuação para este conjunto arquitetónico.

A terminar deixo o apelo ao Executivo Municipal para que reforce todas as ações de promoção e facilitação desta candidatura nesta reta final. Que esta causa una partidos, freguesias e gerações.

Picote é a prova que a nossa identidade vai muito além do passado medieval ou das tradições ancestrais; a nossa identidade também se faz de modernidade, de vanguarda e de superação.

Vamos votar, vamos divulgar e vamos mostrar a Portugal que o "Moderno Escondido", do Barrocal do Douro, de Picote e de Miranda do Douro está, finalmente, pronto para ser descoberto e admirado por todos e coloquemo-lo no lugar que merece: num eixo de desenvolvimento para o concelho de Miranda do Douro.

Disse. Muito obrigado."

O **Presidente da Assembleia Municipal**, antes de passar a palavra ao Executivo Municipal, endereçou um pedido de desculpas ao Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa, Ricardo Lucas, por ter cancelado a sua presença na Freguesia da Póvoa, uma vez que fora convocado para as "Novas 7 Maravilhas de Portugal" à última da hora. Adicionalmente, afirmou grande vontade de marcar presença na freguesia e deixou promessa de o fazer e breve.

A **Presidente da Câmara Municipal** começou por cumprimentar os presentes e dirigiu uma saudação particular aos Membros da Assembleia Municipal que se encontravam a participar na sessão em regime de substituição.

Relativamente às diversas questões efetuadas pelos Membros, a **Presidente da Câmara Municipal** considerou-as muito pertinentes, esclarecendo que, sem prejuízo dos Vereadores com os respetivos pelouros virem a responder detalhadamente a cada uma, sublinhou o encerramento definitivo do processo da "*Casa do Cachachim*", em Sendim. Destacou que a resolução deste diferendo, decorridos 42 anos desde o seu início, representou um desafio complexo que exigiu uma capacidade negocial para chegar ao valor da indeminização, mas conseguiram encerrar o processo.

Elencou outros três processos complexos que o atual Executivo Municipal conseguiu solucionar: o encerramento do litígio judicial que o Senhor Jorge Sales movia contra a Câmara Municipal; a conclusão do processo de aquisição de terrenos dos irmãos Gomes, no Parque do Fresno; e o edifício dos CTT que está prestes a ser resolvido.

Sobre o edifício dos CTT – Correios de Portugal, informou que, atualmente, o imóvel é tratado como um todo, com exceção da parte ocupada pela Caixa Geral de Depósitos, que se antecipou e participou a sua fração como prédio único. Perante este cenário, a resolução do remanescente do imóvel cabe aos CTT e à Câmara Municipal. Adicionalmente, e ciente dos constrangimentos da Diocese, referiu que competirá ao Município encetar a resolução desta questão.

Mais anunciou que já foi formalmente solicitada a certidão para a constituição da propriedade horizontal, prevendo-se para breve a celebração da respetiva escritura pública. Detalhou a divisão do imóvel por frações a saber: o Município com a fração correspondente ao auditório, a Paróquia com a casa paroquial, o salão paroquial e as instalações sanitárias, e os CTT com a restante área.

A terminar, a **Presidente da Câmara Municipal** salientou que estes *dossiers* complexos exigiram um persistente e minucioso trabalho de gabinete que nem sempre é alvo de publicitação, reiterando o total empenho do Executivo Municipal em continuar a resolver os problemas estruturais e de difícil resolução que afetam o concelho.

Esclareceu que, relativamente às informações recentemente difundidas nas redes sociais sobre a suposta instalação de câmaras de filmar por parte do Município, os equipamentos colocados junto à rotunda do Largo da Moagem, perto do Posto de Turismo, são sensores de tráfego. Explicou que esta instalação se enquadra no projeto Bairro Digital *"La Nubre an Miranda."*

No que concerne à questão levantada pela Membro Jaquelina Santos sobre a iluminação da muralha da cidade, referiu que a expectativa é que a respetiva inauguração possa ocorrer no próximo dia 10 de julho.

Relativamente à problemática dos gatos abandonados, salientou que o Município tem dado o seu contributo através do Programa de Esterilização de Animais Domésticos, reconhecendo, contudo, que ainda há muito a fazer. Acrescentou que se deve apostar na responsabilidade individual de cada um e promover políticas de adoção responsável.

O Vereador Vítor Bernardo começou por cumprimentar os presentes, passando, de seguida, à prestação de esclarecimentos sobre as questões colocadas.

Relativamente à Zona Industrial de Miranda, informou que existem duas alternativas para a sua implantação: a nascente, na direção do Fresno, e a poente, na direção de Malhadas. Referiu que ambos os terrenos estão disponíveis para aquisição, tendo os respetivos proprietários manifestado abertura para os alienar.

Explicou que o processo poderá seguir duas possibilidades para a sua expansão. A primeira consiste na aquisição por via do direito privado, encontrando-se um terreno já avaliado e com a proposta em análise, enquanto o terreno a poente será alvo de avaliação. Ressalvou, contudo, que, no que concerne ao terreno a nascente, os proprietários demonstraram menor recetividade no que passou a explicar. Existe uma modalidade jurídica em que os privados podem entrar com o público neste tipo de áreas de acolhimento empresarial, chama-se unidades de execução. Sob este modelo, em vez do Município proceder ao pagamento em numerário, poderá recorrer à figura da dação em cumprimento, faz-se o loteamento e uma parte dos lotes resultantes é entregue ao antigo proprietário, que deles poderá dispor livremente.

O **Vereador Vítor Bernardo** acrescentou que a aplicação detalhada deste modelo envolve fórmulas técnicas específicas do urbanismo. Concluiu sublinhando a importância de existirem duas soluções viáveis para a expansão da Zona Industrial.

Relativamente à Zona Industrial de Duas Igrejas, o **Vereador Vítor Bernardo** referiu que é verdade que em 2024 disse, mais que uma vez em sessões da Assembleia Municipal, que era inexequível a concretização da zona industrial conforme estava planeada. Esclareceu que tal não se deveu exclusivamente à questão das infraestruturas, destacando que o primeiro, o principal constrangimento, residia na falta de aprovação do loteamento, não sabiam onde começava o lote 1, nem onde acabava o lote 29. O motivo para

cancelamento da adjudicação foi o prazo de seis meses que tinham para executar a obra, que era humanamente impossível fazer. Sublinhou que o respetivo incumprimento implicaria para a Câmara Municipal a perda de financiamento e teria de suportar, na íntegra, o encargo financeiro da obra, orçamentado em cerca de três milhões de euros.

O Vereador Vítor Bernardo prosseguiu respondendo à questão formulada pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira, Lísis Gonçalves, articulando-a com a dúvida da Membro Carolina Mesquita sobre a viabilidade da zona industrial. Esclareceu que, em 2024, o Executivo Municipal não tinha conhecimento de que surgiria um investidor interessado naqueles terrenos. Explicou que o Município dispõe de 17 hectares, ao passo que o projeto em causa necessita de uma área significativamente superior, estimada atualmente entre 35 a 40 hectares (tendo sido inicialmente equacionados cerca de 60 hectares). Por conseguinte, caberá ao próprio investidor diligenciar a aquisição do restante terreno por via de negócios entre privados.

Relativamente à tipologia do investimento, escusou-se a adiantar detalhes definitivos por uma questão de prudência, de forma a evitar a criação de falsas expectativas. Contudo, confirmou tratar-se de um projeto direcionado para o setor primário, concretamente no âmbito da agropecuária.

Relativamente ao Centro de Inspeções Técnicas de Veículos Automóveis, informou que o procedimento cautelar decidiu não suspender o ato administrativo, ou seja, continua o trâmite normal da graduação e que a requerente, que era uma empresa cuja candidatura foi rejeitada, tem direito a ser admitida. Ou seja, foi rejeitada indevidamente. Presume que o que vai acontecer é que o IMT vai fazer uma nova lista com as duas candidaturas aceites.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou os presentes e justificou o prolongamento dos prazos relativos ao parque infantil com a ampliação do projeto inicial. Mais informou que se encontra prevista a requalificação de toda a zona exterior da EB1 de Miranda do Douro, uma intervenção que contemplará, além do referido parque, um campo de futebol e umas entradas para estacionamento dos autocarros.

Relativamente à questão colocada pela Membro Jaquelina Santos, foi esclarecido que, sempre que é possível proceder à captura de animais abandonados, estes são encaminhados para o canil intermunicipal, em Vimioso, onde o médico veterinário municipal assegura a sua esterilização, sendo posteriormente devolvidos ao local de origem.

Foi, igualmente, sublinhada a inexistência de apoios para a esterilização de animais abandonados, bem como a dificuldade em acolher todos os animais devido à capacidade limitada daquela infraestrutura. Por

fim, informou que o alargamento do canil intermunicipal está a ser planeado, embora ainda não tenha sido possível concretizar a obra.

Prosseguindo, referiu ser uma honra e um orgulho o facto de Picote e o Barrocal terem transitado para a próxima fase de candidaturas às "*Novas7 Maravilhas de Portugal"* e enfatizou a necessidade de união para que todos votem, devido à baixa densidade populacional.

Relativamente à *"Casa do Cachachim"* foi este Executivo Municipal que conseguiu chegar a acordo com o advogado, foram cinco anos de negociações. A Junta de Freguesia também teve o seu papel e ajudou nas conversações com a família.

Em resposta ao Presidente da Junta de São Martinho, Lísis Gonçalves, no que diz respeito ao saneamento, foi esclarecido que não é totalmente verdade que está todos os dias com funcionamento deficiente, devendo-se, em grande parte, à deposição no saneamento de toalhitas e outras coisas menos próprias que obstruem as canalizações. Nesse âmbito, sublinhou a importância de se promover uma ação conjunta de sensibilização entre o Executivo Municipal e os Presidentes das Juntas de Freguesia para alertar a população que as instalações sanitárias não deverem ser utilizadas para a eliminação de todo o tipo de resíduos, sob pena de provocar entupimentos nas caixas, originando os constrangimentos verificados.

Quanto à rede de saneamento em questão, informou que o Executivo Municipal tem conhecimento do seu traçado e tem envidado esforços para a desviar da propriedade privada para o domínio público, um processo que se tem revelado difícil. Recordou que já foi resolvido um problema de uma situação semelhante, localizada mais a montante, junto às hortas e nas imediações de um poço. Reiterou a vontade de resolver o atual constrangimento, garantindo que o assunto não se encontra esquecido, tendo os serviços técnicos do Município efetuado, no decurso da presente semana, uma nova deslocação ao local para estudar alternativas de resolução. Por fim, salientou que estas intervenções estruturais exigem tempo, apelando à compreensão do Presidente da Junta, a quem recordou o seu empenho e preocupação constante em assegurar a resolução dos problemas.

No que concerne à pavimentação das ruas da Freguesia de São Martinho de Angueira, reiterou a informação transmitida em reunião anterior, esclarecendo que existem obras noutras aldeias que já estão adjudicadas há cerca de um ano e ainda não estão concluídas, bem como outras freguesias que ainda não foram objeto de intervenção e têm prioridade porque nunca foram intervencionadas. Continuando, explicou que o Executivo Municipal tem gerido as intervenções de repavimentação de forma faseada, alternando as localidades ano após ano, com o objetivo final de abranger todo o concelho.

Relativamente à freguesia em apreço, reiterou o compromisso assumido quanto à requalificação da via de ligação entre o Mineiro e o Lar, bem como da rua de acesso ao Cabeço. Lamentou, contudo, a escassez de empresas de construção civil no mercado para a execução das empreitadas, o que tem dificultado a rápida concretização destas intenções. Acrescentou que idênticos constrangimentos afetam outras povoações, nomeadamente: Duas Igrejas, Silva, Granja, Fonte Ladrão, Vila Chã da Braciosa, Fonte de Aldeia e Freixiosa, cujas intervenções estavam previstas para o corrente ano. Esclareceu que o lançamento dos respetivos procedimentos concursais encontra-se suspenso devido ao atraso no arranque de obras anteriormente adjudicadas, originando sucessivos atrasos.

Relativamente à dinamização das aldeias, referiu que todos os pedidos têm sido contemplados. E observou que isso era uma promessa do Presidente da Junta, ele iria desafiar o Município para essa dinamização. Sendo que o Executivo Municipal tem assegurado, proativamente e dentro das suas competências, a realização de diversas atividades na referida localidade. Sublinhou, ainda, que os técnicos municipais mantêm um contacto regular com os representantes locais, deslocando-se à freguesia sempre que possível para colaborar na organização e promoção de várias atividades.

Relativamente à intervenção do Membro António Santos sobre o alargamento da oferta formativa da escola, corroborou que a concretização desta medida constitui uma mais-valia indiscutível para a comunidade escolar e para a população em geral.

A finalizar, reiterou o compromisso do Executivo Municipal em continuar a trabalhar de forma colaborativa, sempre que são solicitados estão disponíveis para colaborar.

Em resposta à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Picote, foi salientado que a atual fase de discussão pública do Plano Diretor Municipal (PDM) constitui o momento oportuno para a apresentação de observações, apelando-se à participação ativa de todos através do envio de contributos. Esclareceu que o Executivo Municipal, salvaguardando os constrangimentos, encontram-se recetivos para analisar propostas de alteração do documento. Mencionou, a este propósito, que os proprietários particulares com intenção de edificar em determinados terrenos devem formalizar as respetivas reclamações ou exposições durante este período, permitindo assim aos serviços municipais avaliar a viabilidade técnica de integração no PDM.

Relativamente às atividades desenvolvidas nas freguesias, apresentou as suas desculpas pela impossibilidade de comparecer na iniciativa dos carrinhos de rolamentos. Apresentou, de igual modo, as suas desculpas aos respetivos Presidentes das Juntas de Freguesia por não ter consegui estar presente na "Patuscada do Caracol" e na "Sardinhada dos Bombeiros Voluntários de Sendim". Justificou as suas

ausências com o facto de se encontrar fora do concelho nas referidas datas, reiterando que teria participado com enorme agrado em ambos os eventos.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para a segunda volta e inscreveram-se os seguintes membros: Bruno Torrado, Lísis Gonçalves, Carolina Mesquita e António Carção.

O **Membro Bruno Torrado** agradeceu ao Executivo Municipal os esclarecimentos prestados. Relativamente às hipotéticas câmaras de filmar, agradeceu por terem explicado que não são câmaras de filmar, são câmaras de tráfego, o que lhe pareceu uma excelente medida para que possa ser feita uma análise mais rigorosa das pessoas que visitam a cidade. De seguida, questionou se é de facto um modelo inteligente que, por exemplo, consegue não contar o mesmo carro duas vezes, se por acaso passar duas vezes, como é, por exemplo, o caso das feiras, que contabilizam muitas das vezes a mesma pessoa por diversas vezes, ou se de facto já é um equipamento que trará mais-valia e mais certeiro.

Seguidamente, alertou para uma questão falada pelo Vereador Vítor Bernardo, com a qual não concorda. Os terrenos que estarão a ser discutidos para aumentar a zona industrial de Miranda do Douro, não concorda que se vá pela hipótese da dação em cumprimento, ou seja, o proprietário cede o terreno para a infraestrutura e depois fica com um lote ou dois ou aquilo que lhe couber. Não concorda porque na sua opinião é um dos problemas que a zona industrial teve. Os proprietários dos lotes para construção de indústria depois fazem especulação com eles; se não quiserem não vendem, vendem a preços exorbitantes e não permitem, muitas vezes, que jovens ou pessoas que estão a iniciar possam começar o seu negócio. Considerou que o melhor será que o Município detenha os lotes na sua propriedade, que os venda a preços acessíveis e, se depois de vendidos não for feita a indústria, os terrenos voltem para a posse da Câmara Municipal.

Ainda sobre a intervenção da Presidente da Câmara Municipal, parabenteou-a pelos sucessos a resolver estes litígios antigos. No entanto, pediu mais informações sobre o litígio com o cidadão Jorge Sales, qual era o litígio em particular que existia com o Município e os valores em causa, pois não tinha conhecimento desta situação.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira, Lísis Gonçalves**, solicitou esclarecimentos ao Vereador Vítor Bernardo relativamente à intenção de instalação no Planalto Mirandês de um investidor do setor primário, fazendo referência à área de hectares que o projeto exigiria. Mais referiu que, embora compreenda que o Executivo Municipal seja destinatário de um elevado volume de manifestações de intenção de investimento, considera fundamental que os eleitos locais sejam informados atempadamente sobre as intenções que apresentem efetiva viabilidade. A este propósito, exemplificou com

o sucedido em novembro de 2024, relativamente aos parques de hibridização, dos centros eletroprodutores hidroelétricos, sustentando que uma articulação prévia teria evitado que fossem surpreendidos com a intenção de instalação de centenas de megawatts no território, permitindo-lhes um acompanhamento e análise preventiva da situação.

Acrescentou que a situação reveste igual importância, ponderados os impactos ambientais habitualmente associados ao setor primário em regime extensivo, designadamente no que respeita ao ecossistema, de efluentes e à emissão de micropartículas para a atmosfera. Face a estes fatores, questionou o Vereador se dispõe de informação concreta que permita esclarecer qual a espécie que se prevê para a área em causa.

Quanto à intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Nuno Rodrigues, reconheceu os esforços por este desenvolvidos no sentido de mitigar a situação existente, defendendo, contudo, que a atuação do Executivo deve pautar-se pela resolução efetiva dos problemas identificados.

Clarificou que não pretende um tratamento privilegiado para a Freguesia de São Martinho de Angueira em prejuízo das demais, mas sublinhou que as necessidades da sua freguesia são tão prementes quanto as das restantes. Neste âmbito, e reportando-se à existência de um saldo de 5,3 milhões de euros do Orçamento de 2025, sugeriu a afetação dessa verba às diversas freguesias do concelho, cabendo o remanescente à Freguesia de São Martinho de Angueira e exortou o Vice-Presidente ao cumprimento das promessas.

A **Membro Carolina Mesquita**, relativamente ao que foi dito pelo Vereador Vítor Bernardo, referiu que o Vereador falou, primeiro numa Assembleia, que o problema seriam as infraestruturas de Portugal e, seguidamente, que já era com o loteamento dos terrenos para a zona industrial. Contudo, pelo seu entender do Código dos Contratos Públicos, para ser publicado em Diário da República esse tipo de contrato, todos os pareceres e todos os trâmites legais dessa empreitada devem estar corretos. Sendo que em 11 de novembro de 2022 foi publicado em Diário da República o anúncio do procedimento 14690/2022, relativo à empreitada da construção da zona industrial do Planalto Mirandês, pelo valor de €2.948.661.62 (dois milhões, novecentos e quarenta e o oito mil, seiscentos e sessenta e um euros e sessenta e dois cêntimos). Dado que existia este problema, questiona porque é que o contrato foi publicado no ano de 2022.

Esclareceu que a sua questão não era se o Executivo Municipal sabia ou não que iria haver investimento para aqueles terrenos em 2024, daí não saberem o que fazer com eles. A questão é: se existia previamente um problema com as Infraestruturas de Portugal sobre passar por baixo do IC5 infraestruturas de águas pluviais e de saneamento, como é que agora, vindo também uma indústria da agropecuária — dita em reunião de Assembleia Municipal pelo Vice-Presidente, António Nuno Rodrigues —, esse problema já não

existe. E se já não existe e se efetivamente esses constrangimentos foram ultrapassados, quais as diligências efetuadas pelo Executivo Municipal para ultrapassar esse tipo de problemas.

O **Membro António Carção** cumprimentou os presentes e aproveitou para reforçar o que já foi dito em Assembleia Municipal e apelou aos Presidentes das Juntas para que comuniquem com os seus eleitores para estarem atentos à questão do PDM, é possível fazer alterações, têm é que ser comunicadas.

Seguidamente, parabenteou a Câmara Municipal por ter realizado com sucesso o Concurso Concelhio de Bovinos de Raça Mirandesa e deixou uma palavra de apreço aos tratadores de animais. Este concurso foi realizado na Freguesia de Malhadas e a Presidente da Junta de Freguesia fez questão de colocar ar condicionado no polivalente onde decorreu o almoço e as pessoas puderam desfrutar de um almoço muito mais confortável, considerando que este trabalho tem que ser reconhecido.

A **Presidente da Câmara Municipal,** dirigindo-se ao Membro Bruno Torrado, esclareceu que o processo que o Município deu como terminado em relação ao cidadão Jorge Sales está relacionado com a usurpação de um terreno que as Infraestruturas de Portugal fizeram aquando da construção dos passeios na rotunda do *M*, há cerca de vinte anos. E a Câmara Municipal conseguiu, ainda no anterior mandato, chegar a um acordo, cerca de cinquenta mil euros, e resolveram essa situação. Referiu que têm tentado com humilde resolver estes problemas que em nada dignificam os executivos municipais.

Relativamente à questão da câmara operar, ou não, de forma inteligente e reconhecer a passagem do mesmo veículo, classificou a intervenção do Membro Bruno Torrado como irónica e optou por não responder ao que considerou uma provocação.

O **Vereador Vítor Bernardo** esclareceu que, relativamente à zona industrial, é verdade que correspondem a dois modelos jurídicos diferentes, a aquisição e a unidade de execução, mas podem ser feitos, o regulamento pode ser feito de igual modo para os dois. Salientou que a questão da unidade de execução é única e exclusivamente um modo de pagamento. Reforçou que, se fizerem um regulamento em que o/os parceiro/parceiros do Município tem/têm de colocar no mercado os lotes àqueles preços num certo período de tempo, teriam de os colocar, senão há reversão. Acrescentou que o regulamento da zona industrial prevê igualmente a cláusula de reversão, embora nunca ninguém tenha tido a coragem de a acionar.

Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Gonçalves, esclareceu que não sabe é extensivo ou não. Adianta que é um grupo económico do setor primário, da agricultura, da avicultura. O interesse em se localizar em Miranda do Douro deve-se ao facto de ficar a meio do caminho entre as explorações de Espanha e Portugal. Não lhe parece que sejam os 60 hectares, talvez sejam 35 a 40

hectares. Sublinhou, a este respeito, o caráter mutável e a incerteza inerentes a este tipo de intenções de negócio, cujas circunstâncias e pressupostos podem alterar-se significativamente ao longo do processo.
Relativamente à questão da Membro Carolina Mesquita sobre a zona industrial, reforçou que foi uma questão de *timing*. Primeiro, precisou do visto do tribunal de contas que demorou meses. Explicou que o prazo de seis meses estabelecido para a concretização do projeto da Zona Industrial se afigurava não exequível, não se conseguia executar uma empreitada no valor de dois milhões de euros em seis meses.
Seguidamente, esclareceu que o investimento que o privado pretende fazer, pode fazer o projeto de maneira completamente diferente, desviar as águas pluviais sem atravessar o IC5, sem atravessar as Infraestruturas de Portugal, e levar para outras linhas de água. Presumiu que devam ter um sistema de aproveitamento das águas pluviais, de algumas, há outras que não conseguem aproveitar porque os terrenos são impermeáveis e têm que ser direcionadas para algum sítio.
Relativamente às águas residuais, uma unidade destas deverá ter uma obrigação de um estudo de impacto ambiental e, se calhar, uma AIA (Avaliação de Impacto Ambiental).
Ultimadas as intervenções dos Membros inscritos, assim como as intervenções dos Membros do Órgão Executivo, que esclareceram as questões colocadas pelos Membros deste órgão deliberativo, o Presidente da Assembleia deu por terminada o ponto 1.1 relativo às Informações e prosseguiu abordando o ponto subsequente da ordem de trabalhos.

2. Período da ordem do dia:

2.1 Protocolo para a Constituição de Bolsa de Acompanhantes de Maior Acompanhado da Comarca/Distrito de Bragança - Apreciação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Executivo Municipal para prestar os esclarecimentos considerados necessários aos Membros presentes sobre o assunto em apreço.
A **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o Executivo Municipal aderiu a este Protocolo, cujo objetivo é criar, em regime de voluntariado, uma bolsa de acompanhantes para apoiar cidadãos sem retaguarda familiar que necessitem de acompanhamento, quer em tribunal, quer no hospital. Referiu, ainda, que esta foi uma necessidade transmitida quer pela Sra. Procuradora Coordenadora, quer pela Sra. Juíz-Presidente**.** Reforçou que o objetivo também é sensibilizar os membros da Assembleia Municipal para esta realidade.
De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** questionou os Membros da Assembleia Municipal sobre se pretendiam intervir relativamente ao referido assunto.

Não se tendo registado qualquer intervenção e tendo os Membros da Assembleia tomado conhecimento do assunto em apreciação, o Presidente da Assembleia Municipal deu o ponto por concluído, prosseguindo com a apreciação do ponto seguinte da ordem do dia.

2.2 Relatório de Avaliação Anual da Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2025 – Apreciação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Executivo Municipal para prestar os esclarecimentos considerados necessários aos Membros presentes sobre o assunto em apreço.

O **Vereador Vítor Bernardo** explicou que o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas é uma imposição legal e caso tenham lido o relatório quase nada está implementado porque é difícil executar, é muito burocrata. A Douro Superior contratou um jurista para ajudar as Câmara Municipais na sua implementação. Neste momento, as Divisões Municipais ficaram com a incumbência de criar modelos informáticos, impressos para que se registe as inúmeras situações que são necessárias.

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** questionou os Membros da Assembleia Municipal sobre se pretendiam intervir relativamente ao referido assunto, tendo-se manifestado o Membro António Santos.

O **Membro António Santos** referiu que na escola também fazem este relatório e reconhece que é importante que se faça e deseja que as recomendações do grupo de trabalho se possam fazer e que no próximo ano possam ter outro panorama.

Findas as intervenções, e tendo os Membros da Assembleia tomado conhecimento do assunto em apreciação, o Presidente da Assembleia Municipal deu o ponto por concluído, prosseguindo com o ponto seguinte da ordem do dia.

2.3 Consolidação de contas 2025. Grupo Público: Município de Miranda do Douro/Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.; Certificação Legal de Contas (CLC) e respetivo Relatório de Auditoria e Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas - Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Executivo Municipal para prestar os esclarecimentos considerados necessários aos Membros presentes sobre o assunto em apreço.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu que o documento em apreço é uma obrigação legal. A Resíduos do Nordeste é uma empresa intermunicipal e é necessário ser aprovado em Assembleia Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que desejassem intervir o fizessem, tendo-se inscrito o Membro António Santos.

O **Membro António Santos** referiu que ficou com dúvidas porque esteve a ler o relatório do Revisor Oficial de Contas e pareceu-lhe que estão a falar de coisas diferente, parece-lhe que ele está a fazer a revisão de contas do Município e não da Nordeste e ficou com essa dúvida.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** explicou que o Revisor Oficial de Contas faz a consolidação das contas da Resíduos do Nordeste dentro da revisão de contas do Município, uma vez que o Município é sócio da Resíduos do Nordeste.

Findas as intervenções e os esclarecimentos necessários, o assunto foi submetido a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a Consolidação de contas 2025. Grupo Público: Município de Miranda do Douro/Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.; Certificação Legal de Contas (CLC) e respetivo Relatório de Auditoria e Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas, nos exatos e precisos termos que constam nos documentos apresentados.

2.4 Minuta de Protocolo de Apoio Financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Miranda do Douro, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivos e deliberativo, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações - Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que desejassem intervir o fizessem. Não se tendo registado nenhuma inscrição, o Presidente da Assembleia Municipal submeteu o assunto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta de *"Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Miranda do Douro",* no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, através do qual será atribuído um apoio financeiro à freguesia supra indicada no valor de € 17.831,50 (dezassete mil oitocentos e trinta e um euros e cinquenta cêntimos), nos exatos e precisos termos nela estabelecidos e cujo teor se dá aqui por integralmente transcrito.

2.5 Minuta de Protocolo de Apoio Financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Duas Igrejas, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivos e deliberativo, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações - Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que desejassem intervir o fizessem. Não se tendo registado nenhuma inscrição, o Presidente da Assembleia Municipal submeteu o assunto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta de *"Protocolo de apoio*

financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Duas Igrejas", no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, através do qual será atribuído um apoio financeiro à freguesia supra indicada no valor de € 16.341,75 (dezasseis mil, trezentos e quarenta e um euros e setenta e cinco cêntimos), nos exatos e precisos termos nela estabelecidos e cujo teor se dá aqui por integralmente transcrito.

2.6 Minuta de Protocolo de Apoio Financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivos e deliberativo, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações - Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que desejassem intervir o fizessem. Não se tendo registado nenhuma inscrição, o Presidente da Assembleia Municipal submeteu o assunto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta de *"Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa",* no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, nos exatos e precisos termos nela plasmados, através do qual será atribuído um apoio financeiro à freguesia supra indicada no valor de € 14.408,00 (catorze mil, quatrocentos e oito euros), nos exatos e precisos termos nela estabelecidos e cujo teor se dá aqui por integralmente transcrito.

2.7 Minuta de Protocolo de Apoio Financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Malhadas, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivos e deliberativo, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações - Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que desejassem intervir o fizessem. Não se tendo registado nenhuma inscrição, o Presidente da Assembleia Municipal submeteu o assunto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta de *"Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Malhadas",* no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, nos exatos e precisos termos nela plasmados, através do qual será atribuído um apoio financeiro à freguesia supra indicada no valor de

€ 11.382,25 (onze mil, trezentos e oitenta e dois euros e vinte e cinco cêntimos), nos exatos e precisos termos nela estabelecidos e cujo teor se dá aqui por integralmente transcrito.

2.8 Insígnias de Mérito a atribuir no dia 10 de julho, "Dia da Cidade de Miranda do Douro" – Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Executivo Municipal para elucidar quanto a esta matéria os Membros presentes na reunião.

A **Presidente da Câmara Municipal** informou que foi aprovado, por unanimidade, em reunião de Executivo Municipal, a atribuição das insígnias ao Sr. Ângelo Arribas - uma pessoa sobejamente conhecida em Miranda do Douro e consideram ser bem merecido -, ao atleta Dr. Ricardo Ribas, natural de Malhadas, pelo seu percurso excecional ao nível do atletismo e pela participação nos Jogos Olímpicos, bem como a homenagem a título póstumo aos Srs. Manuel André e Francisco Cangueiro.

Seguidamente, abriu as inscrições para a intervenção neste ponto, tendo-se inscrito os Membros: António Carção, Alfredo Eduardo Alves e Mário João Vaz.

O **Presidente da Assembleia Municipal** afirmou que, apesar de ser competência do Órgão Executivo sugerir, poderia haver a possibilidade da Assembleia Municipal propor também alguns nomes, sublinhando, contudo, tratar-se de quatro personalidades de reconhecido mérito. Mais acrescentou que o entristece quando, nalguns municípios, a atribuição de insígnias fica confinada ao nível político e se esquecem pessoas da sociedade civil e que é bom ver quando estes reconhecimentos estão abertos a pessoas de todos os setores. Nesse sentido, congratulou-se por verificar que as presentes distinções contemplam ilustres cidadãos da sociedade civil.

O **Membro António Carção** referiu que, na sua opinião, as quatro personalidades são galardoadas tardiamente, pois representam o pulsar verdadeiro do concelho no âmbito cultural, empresarial e desporto. Destacou, em particular, o atleta Ricardo Ribas, natural de Malhadas, lembrando que este foi considerado o atleta mais resiliente nos Jogos Olímpicos de 2020, ocasião em que também propôs a sua distinção. Concluiu felicitando os homenageados, as respetivas famílias e o Executivo Municipal pela escolha efetuada.

O **Membro Alfredo Eduardo Alves** cumprimentou os presentes e informou que o Partido Socialista concorda com os nomes propostos manifestando, também, o seu reconhecimento pela escolha de personalidades provenientes da sociedade civil.

O **Membro Mário João Vaz** referiu que em situações anteriores estas homenagens decorriam em sessões extraordinárias da Assembleia Municipal e questionou se isso ao acontecer.

O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que fora acordado com o Órgão Executivo que a cerimónia iria decorrer numa sessão solene, mas que todos os Membros da Assembleia Municipal estavam convidados.

Ultimadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu o assunto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição das insígnias de mérito no dia 10 de julho, "Dia da Cidade de Miranda do Douro", a Ricardo Pires Ribas, Ângelo Arribas e, a título póstumo, a Francisco Gonçalves Cangueiro e a Manuel António dos Santos André.

2.9 Proposta de atividade: A Democracia começa nas Assembleias de Freguesia – Nomeação de representantes (2) da Assembleia Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal** elucidou os presentes quanto a esta proposta, dizendo que é uma proposta de realização de atividade da Mesa da Assembleia, ainda muito em aberto. A ideia é aproximar a Assembleia Municipal às Assembleias de Freguesia. As Assembleias de Freguesia são o órgão deliberativo mais próximo dos cidadãos. E o que acontece muitas vezes, referindo-se ao país no seu todo, vezes é haver a criação de certas regras a nível local que não estão de acordo com a forma como as Assembleias deveriam ser feitas, nomeadamente ao nível da aprovação de regimentos, ao nível da realização do número mínimo de Assembleias de Freguesia, ao nível da transparência na definição de orçamentos, e outros assuntos. O objetivo é perceber a dinâmica das Assembleias de Freguesia e ajudar os eleitos locais a fazê-lo ainda melhor. Acrescentou que não é uma avaliação da atuação das Assembleias de Freguesia ou dos presidentes de junta, sendo apenas uma atividade essencialmente de caráter formativo e de debate.

A ideia passaria, em primeiro lugar, por fazer um levantamento e um estudo prévio, perceber quantas vezes se reúnem, se há regimento ou se não há, como é que se pede a palavra, quem é que está a gerir os trabalhos, se é o Presidente da Junta de Freguesia ou se é o Presidente da Assembleia de Freguesia. A segunda parte seria uma sessão de formação de cerca de duas horas para discussão das conclusões, o que é que pode ser feito para melhorar, como é que deve ser feito. Seria acima de tudo para os presidentes das Assembleias de Freguesia, também, claro, para os membros da Assembleia que quisessem estar presentes, para os Presidentes de Junta e para mais algum cidadão que queira estar presente.

Acrescenta que a ideia seria, como já foi feito com a atividade do poder local que está, entretanto, adiada porque coincidia com outra atividade escolar, nomearem-se dois membros da Assembleia Municipal, preferencialmente não Presidentes de Junta para não estar a colidir, para que eles pudessem, numa comissão designada apenas para este efeito, decidir qual é que será o enquadramento da atividade e de

que forma é que ela poderá ser feita no futuro e decidir datas, decidir períodos, entre outros. Assim sendo, abriu o período de intervenção neste ponto.

O **Membro Alfredo Eduardo Alves** alertou que a proposta não está assinada por ninguém e que gostaria de saber quem é que fez a proposta. A proposta refere a nomeação de dois representantes e questionou como é que vão ser nomeados. E em terceiro lugar, os objetivos de esclarecimento, questiona se não era seria melhor fazer uma sessão do que ir às Juntas de Freguesia, pois, no seu entender, pode ser interpretado de várias formas.

O **Membro Mário João Vaz** referiu que pelo que percebeu, a iniciativa partiu da Mesa da Assembleia. Acrescentou que é uma proposta que por princípio lhe parece que fará sentido, mas considera que é muito vaga, não se percebe qual seria o modo de intervenção, o modo de seleção de pessoas que iriam intervir, como é que selecionariam as duas pessoas. No seu entender fazer uma proposta deste género implica um grau de preparação um bocado maior do que uma folha A4. Reforçou que concorda com o princípio, mas não com a forma e considera que deve ser trabalhado primeiro isso, de forma mais consentânea, chegando a um entendimento, até unanimidade. Da forma como foi apresentada, não tem uma data, não tem uma assinatura, o enquadramento são dez linhas, os objetivos são vagos, considera que há pontos que são dúbios. Considera que enquanto Assembleia Municipal estarem a nomear gente para ir fiscalizar ou estar a intervir junto das Assembleias de Freguesia, na sua opinião considera que pode ser revisto.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as intervenções e informou que, da próxima vez, a Mesa assinará as propostas, mas que considerou óbvio de quem partia, tendo seguido o procedimento usual aplicado neste mandato. Recordou ainda que, sempre que surjam dúvidas respeitantes aos pontos constantes da ordem de trabalhos, os Membros da Assembleia Municipal poderão contactar previamente a Mesa para os devidos esclarecimentos e não sendo exequível aguardar pelas reuniões para estes efeitos.

Acrescentou que a proposta fora feita com o propósito de aproximar a atuação às Assembleias de Freguesia, não sendo uma busca pelas Juntas de Freguesia. Não se trata de avaliar nem criticar nenhuma Junta de Freguesia, apenas de dar formação aos eleitos locais e de contribuir para que todas as Juntas de Freguesia, independentemente do partido político do seu executivo, possam prestar um melhor serviço aos seus cidadãos. Considera que poderia ter escrito um documento com mais páginas, mas depois teria outras queixas, nomeadamente quanto à extensão do documento e a não deixar margem para a comissão eventual decidir. Precisou que o objetivo da presente sessão se circunscreve à constituição e nomeação de uma comissão, motivo pelo qual a proposta não fixa prazos nem datas, cabendo essa definição à própria comissão, à semelhança do procedimento adotado no âmbito das iniciativas do Poder Local.

Por último, defendeu a indicação de um representante do Grupo Municipal do PSD e de um representante do Grupo Municipal do PS, por forma a garantir uma metodologia de trabalho plenamente colaborativa e consensual entre as forças partidárias. Esclareceu que a proposta não seria uma caça às bruxas pelas Juntas de Freguesia, sendo exatamente o contrário. Sendo que é apenas uma ideia e não quer adiantar a forma como desenvolveria esta atividade para não condicionar o trabalho da Comissão.

Na sua perspetiva, deveria ser realizado um estudo prévio para perceber o funcionamento das Assembleias e depois uma sessão aberta, de discussão com os presidentes de junta presentes, todos os presidentes de Assembleia de Freguesia presentes, com vista à partilha e ao debate das respetivas práticas. Esclareceu que a ideia seria simplesmente promover a colaboração entre as Juntas de Freguesia, as Assembleias de Freguesia e a Assembleia Municipal. Acrescentou que o facto de o documento poder ser considerado incompleto demonstra que ainda existe margem de manobra, tratando-se, acima de tudo, de uma proposta inicial.

Sublinhou ainda que, no exercício da sua soberania, caso a Assembleia Municipal entenda não nomear qualquer representante por considerar que a iniciativa não se adequa na forma ou no tempo, não existe qualquer obrigatoriedade de o fazer, terminando com a disponibilidade para responder a eventuais questões.

O **Membro Mário João Vaz** considera que foi claro e explicito no que disse e concorda com o que o Presidente da Assembleia referiu até ao momento, inclusive referiu um modo de selecionar as pessoas, aspeto que considera que não está explícito no documento. Referiu que já abordaram este ponto, bem como a falta de preparação e a ausência de um enquadramento regulamentar, sendo premente a criação de um regulamento básico para estas questões. Concorda com o princípio da proposta, mas não com o modo, devendo definir-se, em primeiro lugar, a metodologia de atuação.

O **Membro Alfredo Alves** referiu que a explicação prestada no momento pelo Presidente da Assembleia foi muito mais clara do que o documento apresentado. Salientou a necessidade de obter mais informação e de ver prestados os devidos esclarecimentos antes de prosseguir com o processo, clarificando, contudo, que não se manifesta contra a realização da atividade.

O Membro António Santos acrescentou que o princípio lhe parece muito bem, ajudar as Assembleias de Freguesia, mas tem algumas dúvidas relativamente às duas partes da proposta. A primeira, o levantamento de dados, considera que a Assembleia Municipal não tem competências para ir às freguesias levantar dados. Esse levantamento de dados tem de ser exclusivamente da responsabilidade da Assembleia de Freguesia, nomeadamente pedir-lhe essa informação ao presidente da Junta de Freguesia. Já a segunda parte parece-

lhe muito bem, fazer essa formação, divulgação, sessões de encontros, o importante é que as coisas funcionem melhor.

O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que concorda com o que o Membro Mário João Vaz acabou de referir, reconhecendo que a existência de grupos independentes ainda não se encontra bem estruturada a nível nacional. Ponderou que a Assembleia Municipal poderá analisar a matéria em sede de Conferência de Líderes.

Quanto à recolha das informações pretendidas, explicou que a intenção é solicitá-las a cada Presidente de Junta de Freguesia ou contactar os Presidentes das Assembleias de Freguesia. Por fim, clarificou que a comissão não exercerá uma função de fiscalização, nem atuará com o intuito de detetar infrações.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote, António Jorge Lourenço**, deu nota de duas preocupações que considerou irem ao encontro, quer da posição apresentada pelo Partido Socialista e da própria proposta da Mesa. Referiu que é importante deixar bem claro não haver qualquer intuito de fiscalizar o que quer que seja com esta proposta de atividade. Explicou que a prática demonstra um nível de exigência legal cada vez maior no funcionamento das Assembleias e Juntas de Freguesia, o que gera apreensão quanto à conformidade dos procedimentos, devendo essa realidade ser devidamente equacionada.

Referiu que compreende o que foi dito em Assembleia e reconhece que quando a Mesa faz a proposta é uma proposta que se quer que seja integradora e mobilizadora do espetro político que está representado na Assembleia, o que lhe parece que não há dúvidas.

Deixou a sugestão de fazer uma suspensão de cinco minutos para que os líderes parlamentares se possam sentar e esclarecer o que houver para esclarecer e levar isso até ao fim, se é para votarem no momento, parece-lhe pertinente.

Considera que os esclarecimentos que foram prestados pela Mesa são suficientemente claros daquilo que se pretende, que é de alguma forma levar a informação às Assembleias de Freguesia daquilo que são as exigências cada vez maiores e que, poderá levar a que, muito em breve, não haja pessoas disponíveis para dar cumprimento àquilo que são as exigências legais em termos de funcionamento das freguesias.

O **Membro Alfredo Eduardo Alves** sugeriu a reformulação da proposta de atividade, incorporando os contributos resultantes do debate ocorrido em Assembleia, e a sua subsequente apresentação numa próxima reunião, atenta a ausência de urgência na sua execução imediata.

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que lhe parece bem, caso seja o entendimento da Assembleia Municipal. Ficou, então, o compromisso dos líderes dos grupos municipais de discussão deste tópico numa Assembleia Municipal seguinte, sendo abordado novamente este tópico. Recordou que cada

vez mais a atuação, em especial das Juntas de Freguesia e também das Câmaras Municipais, vai ser escrutinada dado o crescente nível de competências alocadas, pelo que é essencial investir em iniciativas de formação.

Concluídas as intervenções, foi deliberado, por unanimidade, remeter o assunto em apreço para a próxima Assembleia Municipal, a fim de permitir um maior aprofundamento e reflexão sobre o mesmo.

2.10 Comissão Municipal de Toponímia – Nomeação de um (1) representante da Assembleia Municipal eleito diretamente.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Executivo Municipal para elucidarem os Membros presentes na reunião quanto a esta matéria. Esclareceu que, neste ponto, a nomeação não pode ser de um presidente de junta, pois os presidentes de junta já contam com um representante na referida Comissão.

A **Presidente da Câmara Municipal** clarificou que está em aprovação a indicação de um nome para integrar esta Comissão de Toponímia, sendo que já têm anuência da parte de dois elementos que constituem a Comissão, o Dr. Domingos Raposo e o Dr. Alfredo Cameirão, que vão dar continuidade ao trabalho. Assim, surgiu a necessidade da Assembleia Municipal nomear ou indicar uma pessoa para integrar a Comissão.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu as inscrições para intervenção neste ponto e inscreveram-se os seguintes Membros: Mário João Vaz, Alfredo Eduardo Alves e António Carção.

O **Membro Mário João Vaz** questionou se este ponto tem algum documento em anexo.

E foi esclarecido pelo **Presidente da Assembleia Municipal** que esta nomeação é feita a cada mandato, pelo que não tem mais documentação de suporte.

O **Membro Alfredo Alves** questionou o motivo pelo qual não é indicado desde logo um nome para o cargo de representante da Assembleia, considerando a existência de uma maioria no órgão que, previsivelmente, ditará essa escolha. Na sua opinião, com o intuito de agilizar os trabalhos e evitar atrasos, sugeriu que a proposta já deveria contemplar a respetiva nomeação.

O **Membro António Carção** clarificou que este procedimento é uma formalidade, é preciso nomear outro representante da Assembleia, é só substituição por substituição. Se houvesse dois, era fácil, um de cada partido. Como é só um, em princípio será o do partido com mais elementos na Assembleia, mas até pode não ser.

O **Presidente da Assembleia Municipal** reconheceu a existência de uma maioria do Grupo Municipal do PSD. Contudo, convidou os membros a refletirem sobre a perspetiva oposta: caso tivesse sido apresentado antecipadamente um nome, a discussão atual incidiria sobre a existência de pressão e o facto de a escolha

vir pré-determinada e de se estar a matar o debate. Salientou que compreende a observação do membro Alfredo Eduardo Alves, mas manifestou a sua convicção de que, apesar da filiação partidária, os membros gozam de liberdade de voto, podendo optar por uma pessoa externa ao seu espetro político. Por outro lado, poderia até ser do entendimento do Plenário que a melhor pessoa para dita tarefa poderia ser dum Grupo Municipal minoritário ou, até, independente.

O **Membro Alfredo Eduardo Alves** referiu que indicar um nome pode parecer que é crítico, mas agora alguém vai ter que indicar esse nome e vai-se perder tempo com isso e considera que poderia já vir indicado um nome. Alertou que são criticados por ter e não ter. Acrescentou que há uma nomeação e da parte do Partido Socialista é tranquilo.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que o Membro António Carção se propõe como Membro da Comissão de Toponímia. Relembrando que em situações deste género é preciso haver uma eleição por escrutínio secreto, sendo que o Partido Socialista também poderia apresentar um nome.

Seguidamente, procedeu-se à preparação dos trabalhos, à votação e contagem dos votos.

O resultado da eleição foi o seguinte:

- Votos em branco: seis votos em branco.
- Votos na Lista A – António Carção: vinte votos.

Após contagem dos votos, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou os presentes do resultado, em que foi eleito o Membro António Carção para a Comissão Municipal de Toponímia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que, felizmente, vivemos numa Assembleia em que existe um espírito colaborativo, mas estes géneros de procedimentos são mesmo necessários para assegurar a legalidade. Depois, deu por encerrado o ponto.

2.11 Instalação de Parques Eólicos e Fotovoltaicos no concelho de Miranda do Douro – Apreciação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** começou por informar que este ponto foi acrescentado à Ordem de Trabalhos para permitir uma discussão mais alargada, surgiu na senda dos novos investimentos na área das energias renováveis. Explicou que o tópico foi igualmente solicitado pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira, Lísis Gonçalves, pelo líder do Grupo Municipal do PS, Alfredo Eduardo Alves, pelo Presidente da União de Freguesia de Sendim e Atenor, Luís Santiago, entre outras pessoas que lhe transmitiram essa necessidade de discussão em Assembleia Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os Membros que desejassem intervir o fizessem, tendo-se inscrito os Membros: Lísis Gonçalves; Alfredo Eduardo Alves; Mário João Vaz; António Jorge Lourenço; António Carção e António Santos.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira, Lísis Gonçalves,** começou por reforçar a sua posição pessoal e a posição que têm trazido em luta pela Junta de Freguesia de São Martinho. A Junta de Freguesia de São Martinho não é contra as energias renováveis, não é contra a instalação, nem a alteração, nem a simbiose de energias ditas renováveis. Reforçou que são contra a forma como está a ser conduzido este planeamento.

Recordou que, em 2024, houve uma reunião com uma intenção, com o Vereador Vítor Bernardo. Reconheceu que o Executivo Municipal é solicitado com muitas intenções, tal como as Juntas de Freguesia também são bombardeadas com intenções de todos os âmbitos, salientando que é complicado dar atenção a todas essas solicitações. Contudo, há algumas que saltam mais à vista que outras, como é o caso desta porque passados dois anos estão em Assembleia Municipal a discutir o assunto.

Seguidamente, apresentou a linha cronológica para conhecimento de todos e para que possam formar a sua opinião. Em 2024, dia 10 de agosto, data de início de um incêndio, de origem numa trovoada seca, não restam dúvidas. No dia 11 de agosto, dá-se consumada a consolidação desse incêndio. No entanto, às 14h00 do dia 11 de agosto, a ignição é brutal. Não há meios, foram todos embora, quando se está em período de extremo alerta de incêndio, e passa a ser um incêndio de grandes dimensões.

A área ardida é do conhecimento geral e, também, já se começou a ter a identificação do mapa da intenção da criação dos parques eólicos: São Martinho de Angueira, Avelanoso, Genísio, Especiosa e um bocadinho de Cicouro. Se sobrepuserem os dois mapas, cada pessoa tirará as suas conclusões.

Coincidentemente, em dezembro de 2024, é alterada a Lei em que não se exige aos Municípios que se pronunciem, nem de licenciarem, e as Juntas de Freguesia também não são tidas em conta no processo. Portanto, considera que foi criada uma "autoestrada" de licenciamento para grandes grupos económicos e para *lobbies*, excluindo os Municípios e as comunidades, quem vive e quem é resiliente neste tipo de territórios.

Acrescentou que as Juntas de Freguesias não têm nenhuma contrapartida, explicando que se continuassem na forma de compensação anterior que existia a 2024, acusavam-se frequentemente os Municípios e as Juntas de Freguesia de serem compradas por contrapartidas para autorizarem essas infraestruturas.

E isto foi alterado para a troca de euros pelos terrenos que supostamente não dão nada, as comunidades serem brindadas com alguma contrapartida financeira. Isto, na sua opinião, chama-se comprar as pessoas,

comprar a ideia às comunidades. Questiona se é isto que se quer, que as pessoas vulneráveis sejam confrontadas com ofertas de futuros, caso interesse.

Referiu que, neste momento, irá assistir-se a uma tentativa de um pré-acordo com os proprietários: identificação do terreno, atribuição de um valor compensatório e, caso tenha interesse no futuro, essas pessoas são compensadas. E questiona porque não são compensadas todas.

Acrescentou que o que vai acontecer na freguesia de São Martinho é um parque eólico. O parque eólico precisa apenas de 2,2 hectares por torre. Mas questiona *"E tudo o resto?".* As consequências diretas das torres eólicas ficam para os vizinhos. O vizinho poderá deixar de ter culturas permanentes, poderá deixar de ter colmeias — e isso é perentório, a própria Gestur assume isso, os ruídos não audíveis destroem as colmeias —, a que se acresce o impacto da mega-linha de muito alta tensão de 220 kV que, vai arrancar da freguesia de Picote, e vai atravessar e desventrar todo o concelho de Miranda do Douro até à União de Freguesias de Genísio e Especiosa.

Acrescentou que quem tem estas linhas de muito alta tensão percebe o incómodo do zumbido constante. Sendo que é necessário perceber e questionarem-se se efetivamente isto é o que se quer para este território.

Continuou questionando o impacto que irá ter na área cinegética e nas associações de caça locais, sendo que é um dos tipos de turismo tanto valorizado, duas vezes por ano, com um grande apoio do Município. Questiona se vão deixá-lo morrer, se vão deixar de poder fazer montarias nas zonas onde vão ter meia dúzia de torres eólicas. Isto porque a torre eólica ocupa apenas 2,2 hectares, mas interpõe uma zona de caça que, neste momento, equivale a 19 hectares - que está em discussão passar para metade. São 19 campos de futebol que cada torre eólica não permite como zona de tiro. Ressalvou que, apesar de não ser caçador, é defensor que se este tipo de turismo é promovido, não pode ser abandonado.

Relativamente ao setor agrícola, tendo em conta os contactos mantidos pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal com o Ministro da Agricultura e o Ministro do Ambiente, solicitou esclarecimentos sobre o desenvolvimento desses contactos.

Alertou-se para a necessidade dos agricultores avaliarem criteriosamente a rentabilidade a longo prazo, referindo que, num horizonte de 25 anos, a instalação de torres eólicas ou painéis fotovoltaicos pode não ser financeiramente vantajosa quando comparada com a manutenção dos apoios agrícolas atribuídos por unidade de área, designadamente no âmbito das MZD (medidas para zonas desfavorecidas).

Por fim, questionou qual a posição do Município sobre o interesse de apoiar os movimentos que estão a surgir neste momento. Realçando que o Movimento Cultural da Terra de Miranda já está em luta com estes projetos, e o Nordeste Vivo, recentemente criado, está a ajudar as comunidades a perceberem os prós e os

contras, para que cada um, depois de bem informado, tome a sua decisão. Questionou a posição efetiva, tanto do Vereador Vítor Bernardo como do Vice-Presidente da Câmara Municipal, uma vez que estão mais envolvidos nestes assuntos.

O **Membro Alfredo Eduardo Alves** começou por pedir atenção aos Membros da Assembleia Municipal ao o preâmbulo acabado de fazer pelo Membro Lísis Gonçalves, a fim de se pensar e refletir muito bem sobre o assunto.

Prosseguiu a sua intervenção abordando três questões. A primeira, dizendo que estas notícias começaram a aparecer há mais de um mês no território, e na altura a Câmara Municipal produziu um comunicado nas redes sociais. E, na posição política do PS, contestam aquilo que foi feito naquele comunicado pela falta de caráter que apresentou, para utilizar palavras brandas. Porque não informou a população que estava a precisar de uma informação e introduziu, nesse comunicado, o nome do Dr. Artur Nunes e do Partido Socialista para justificar não sabe o quê.

A segunda, e perante a falta de informação que existe no concelho relativamente às energias renováveis, solicitou quais as informações que o Executivo Municipal tem a dar para a Assembleia Municipal — e no contexto daquilo que já foi feito no preâmbulo do Membro Lísis — qual a posição da Câmara sobre o assunto.

E, em relação ao terceiro ponto, os vereadores do Partido Socialista levaram, na última reunião de Executivo Municipal, uma proposta de deliberação sobre o assunto, porque o projeto de discussão vai até ao dia 17 e há pouco tempo, a qual passa a ser transcrita:

Ponto 1 - "Manifestar junto do governo a necessidade de serem disponibilizados todos os elementos cartográficos e técnicos indispensáveis à plena compreensão do programa setorial das zonas de aceleração da implementação das energias renováveis;

Ponto 2- Solicitar a prorrogação do prazo da consulta publica, caso se confirme que a informação atualmente disponibilizada é insuficiente para uma participação informada;

Ponto 3 - Tornar publica a posição oficial do Município relativamente a este programa setorial das zonas de aceleração da implementação das energias renováveis e respetivos impactos no concelho;

Ponto 4 - Disponibilizar aos munícipes toda a informação que o Município disponha sobre esta matéria através do site institucional e demais meios considerados adequados."

O **Membro Mário João Vaz** agradeceu ao Membro Lísis Gonçalves a explicação apresentada, considerando que foi mais esclarecedora do que a maioria da informação disponível, o que mostra a sua preparação enquanto Presidente da Junta de Freguesia e a atenção com este assunto.

Prosseguiu dizendo que, primeiro, é importante perceber qual opinião de cada um, da Assembleia Municipal, da Assembleia de Freguesia, do agricultor, relativamente à implantação deste tipo de projetos no nosso território. Mas para se tomar uma posição é preciso ter informação, o que é o projeto e o que vai ser implementado no território. Uma coisa é fazer dois hectares, outra coisa é fazer toda aquela área, outra coisa é aproveitar uma área que não tem qualquer tipo de atividade agrícola, outra coisa é colocar num sítio que não tem impacto visual, por isso considera que a proposta dos Vereadores do Partido Socialista faz todo o sentido.

Relativamente à publicação efetuada pelo Município de Miranda do Douro na rede social *Facebook*, considera que era importante haver um retrato dessa situação. O *Facebook* do Município serve para o Município divulgar as atividades, não serve para promover divisões, nem criticar o anterior executivo municipal, que nada tem a ver com esta situação neste momento, e o que deve ser feito é resolver este problema.

Defendeu que o sítio para fazer esse tipo de comunicado seria a página dos deputados do PSD ou dos vereadores do PSD. Considerando que não é o sítio correto, não é a forma correta de fazer política.

Considerou que, para que se possam pronunciar acerca desta questão, é necessário solicitar a prorrogação do prazo, garantindo o acesso efetivo à informação. Acrescentou que também gostariam de perceber qual é a posição oficial do Município de Miranda do Douro, a publicação do Facebook critica uns e outros, mas depois não informa, nem diz qual a posição do Município.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, **António Jorge Lourenço** proferiu a seguinte intervenção: *"Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Picote, uso hoje da palavra para abordar uma matéria da maior relevância para o futuro do nosso concelho e de todo o Planalto Mirandês: a crescente pressão para a instalação de grandes projetos de produção de energia renovável, nomeadamente parques fotovoltaicos, aerogeradores, projetos de hibridização associados à Barragem de Picote.*

Antes de continuar quero afirmar que ainda não tenho formalmente ainda uma posição definitiva sobre este assunto, que reconheço que é um assunto que não domino de caráter técnica, sobre matérias que não domino, não conheço. Mas quero dizer algo importante, quando discutimos hoje os desafios associados à transição energética e aos novos projetos de energia renovável, importa olhar para a nossa história.

A história da humanidade mostra que o Homem tem, ao longo dos tempos, interagido e modificado a paisagem. Foi sempre assim e assim continuará a ser.

A Terra de Miranda conhece bem o significado das grandes transformações energéticas. Na década de 1950, a construção da Barragem de Picote e os outros empreendimentos hidroelétricos que se seguiram,

Miranda e Bemposta, constituíram uma das mais importantes obras de engenharia realizadas em Portugal. Foi um projeto pioneiro, que colocou esta região no centro do desenvolvimento energético nacional e que continua, ainda hoje, a desempenhar um papel fundamental na produção de eletricidade para o país.

A construção da barragem trouxe progresso, emprego e inovação. Trouxe técnicos, engenheiros, arquitetos e trabalhadores de diversas origens. Deixou um património arquitetónico, urbanístico e cultural único, hoje reconhecido como uma referência nacional e internacional do o Moderno Escondido.

Mas trouxe também sacrifícios. Alterou paisagens, transformou modos de vida e exigiu adaptações significativas das populações locais. Houve impactos que foram suportados por este território em nome de um interesse nacional mais amplo que ainda hoje são visíveis.

Daquilo que li sobre o caso de Picote apareciam designações como "não queremos cá aquela barragem". O Padre Telmo traduziu isso muito bem e se há alguém que ilustra e defendeu os interesses destas posições foi o Padre Telmo Ferraz, é bom também relembrarmos nestes momentos aqueles que deram a cara e que lutaram. Não havia redes sociais, mas havia outras formas de o fazer.

Passadas várias décadas, a verdade é que Miranda do Douro e o Planalto Mirandês continuam a ser um dos territórios que mais contribuem para a produção de energia em Portugal.

A força da água do Douro tem produzido riqueza durante gerações. E agora pretende-se acrescentar a essa contribuição a força do vento e a energia do sol.

É precisamente por causa desta história que a nossa posição deve ser de responsabilidade e equilíbrio. Não podemos esquecer que este território sempre soube contribuir para os grandes desígnios nacionais. Não fomos um território de bloqueio nem de recusa. Pelo contrário, fomos um território de participação e de compromisso.

Mas também é legítimo afirmar que os tempos mudaram. Hoje existe uma maior consciência ambiental, uma maior exigência democrática e uma maior valorização do património natural e cultural. As populações querem ser ouvidas, querem participar nas decisões e querem conhecer os impactos e os benefícios dos projetos que afetam o seu futuro.

Todos reconhecemos a necessidade de aumentar a produção de energia renovável, reduzir as emissões de carbono e contribuir para os objetivos nacionais e europeus de descarbonização. Importa também afirmar, com toda a clareza, sem radicalismos, que a transição energética é um processo inevitável e necessário.

As alterações climáticas, a crescente procura de energia limpa e os compromissos assumidos por Portugal e pela União Europeia exigem uma transformação profunda do modelo energético. Os conflitos militares, como por exemplo a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e a nova geopolítica internacional, demonstram a

necessidade de depender menos dos combustíveis fosseis. Negar esta realidade ou procurar travar, por princípio, qualquer investimento em energias renováveis não constitui uma solução para os desafios que enfrentamos.

Contudo, reconhecer a inevitabilidade da transição energética não significa aceitar qualquer projeto, em qualquer local e em quaisquer condições. O verdadeiro debate deve centrar-se na forma como esta transição é concretizada, garantindo o equilíbrio entre os objetivos ambientais, a proteção do território, o respeito pelas populações e a criação de valor local.

Por isso, esta matéria não deve ser objeto de radicalismos nem transformada numa arma de arremesso político. Não podemos permitir que se criem divisões artificiais entre defensores e opositores das energias renováveis, nem que se coloquem uns contra os outros aqueles que se acham os únicos defensores da preocupação pelo futuro da Terra de Miranda.

O que está em causa não é ser a favor ou contra a energia renovável; o que está em causa é assegurar que os projetos sejam bem planeados, transparentes, ambientalmente responsáveis e geradores de benefícios efetivos para as comunidades locais.

Precisamos de mais diálogo e menos confrontação. Precisamos de mais informação e menos especulação. E precisamos, acima de tudo, de construir consensos que permitam conciliar a transição energética com a preservação da identidade, da paisagem e da qualidade de vida das populações do Planalto Mirandês.

Uma transição energética justa não pode ser feita à custa dos territórios do interior. Não pode significar que as regiões de baixa densidade sejam transformadas em meras plataformas de produção energética para abastecer os grandes centros urbanos, sem que daí resultem benefícios proporcionais para as populações locais.

O Planalto Mirandês é um território singular. É uma paisagem cultural construída ao longo de séculos, marcada pela agricultura, pela pastorícia, pela biodiversidade, pela língua mirandesa e por um património natural e humano que constitui uma das maiores riquezas do Nordeste Transmontano.

É precisamente por isso que os projetos atualmente anunciados merecem uma reflexão séria e aprofundada. No caso da hibridização da Central Hidroelétrica de Picote, foi tornado público um projeto que prevê a instalação de 35 aerogeradores, distribuídos pelos concelhos de Miranda do Douro e Vimioso, numa área de estudo de cerca de 105 hectares. O projeto encontra-se ainda numa fase inicial, dependendo dos respetivos processos de avaliação ambiental e licenciamento.

A questão que se coloca não é apenas técnica. É, acima de tudo, territorial, ambiental e social.

Precisamos de saber:

- *Onde ficarão exatamente localizados e quantos são os aerogeradores?*
- *Qual será o impacto visual sobre a paisagem do Planalto Mirandês?*
- *Que consequências existirão para as pessoas, para a avifauna, e para os ecossistemas locais?*
- *Como serão afetadas as explorações agrícolas e pecuárias?*
- *Que novas infraestruturas elétricas e linhas de transporte serão necessárias?*
- *Que compensações económicas ficarão efetivamente no território?*

Estas perguntas continuam sem resposta clara. As preocupações manifestadas por autarcas, associações e cidadãos demonstram que existe um sentimento legítimo de incerteza relativamente à dimensão e aos impactos destes projetos.

Acresce que, paralelamente aos projetos eólicos, têm vindo a ser referidos projetos fotovoltaicos de grande escala no território abrangido pelo Douro Superior e Planalto Mirandês, aumentando a perceção de que estamos perante uma ocupação crescente do território para fins energéticos.

Não podemos ignorar que Miranda do Douro já contribui significativamente para a produção nacional de energia através da Barragem de Picote e de Miranda do Douro e das restantes infraestruturas hidroelétricas da região.

Durante décadas, a riqueza produzida pela água do Douro gerou benefícios nacionais inegáveis. Contudo, as populações locais continuam a enfrentar desafios de despovoamento, envelhecimento demográfico e dificuldades económicas.

Por isso, é legítimo exigir que qualquer novo investimento energético represente também uma oportunidade de desenvolvimento para o território.

Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Picote, entendo que qualquer projeto de hibridização ou de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos deve assegurar:

- *Total transparência e informação às populações desde as fases iniciais.*
- *Avaliações de impacto ambiental, rigorosas e independentes.*
- *Salvaguarda do património natural, paisagístico e cultural do Planalto Mirandês.*
- *Compensações financeiras justas para os municípios, freguesias e proprietários afetados.*
- *Criação de mecanismos que permitam que parte da riqueza gerada permaneça no território.*
- *Investimentos concretos em emprego local, eficiência energética, habitação e fixação de população.*

Não podemos aceitar que o concelho de Miranda do Douro e o Planalto Mirandês seja apenas um local de produção de energia.

Queremos ser parceiros da transição energética, mas queremos também ser beneficiários dessa transição. A energia produzida pelo vento, pelo sol e pela água do nosso território deve traduzir-se em melhores condições de vida para quem aqui vive, trabalha e resiste diariamente às dificuldades do interior.

O futuro energético do país não pode ser construído contra as populações. Tem de ser construído com as populações.

É esse o desafio que hoje deixo a esta Assembleia Municipal, à Câmara Municipal, ao Governo, às populações e às empresas promotoras, que estou certo estarão disponíveis para prestar todos os esclarecimentos devidos, de forma a garantir que a transição energética seja também uma oportunidade de desenvolvimento sustentável para Miranda do Douro e para o Planalto Mirandês.

O exemplo de Picote demonstra que é possível conciliar produção energética, desenvolvimento tecnológico e valorização territorial. O desafio que temos pela frente é garantir que os novos projetos estejam à altura deste exemplo.

Que a energia produzida neste território continue a servir Portugal, mas que sirva também a Terra de Miranda. Que a riqueza gerada contribua para criar emprego, fixar população, apoiar as freguesias, melhorar os serviços públicos e valorizar o património que distingue esta região.

Se há um território que tem autoridade moral para participar neste debate é precisamente o nosso. Porque há mais de setenta anos que contribuímos para o desenvolvimento energético do país. E porque sabemos, por experiência própria, que o progresso só é verdadeiramente sustentável quando as populações são parte da solução e beneficiárias do desenvolvimento que ajudam a construir.

Disse."

O **Membro António Carção** cumprimentou os presentes e referiu ter pouco ou nada a acrescentar à brilhante exposição do Presidente da Junta de Freguesia de Picote, na qual se revê pessoalmente. Acrescentou que vai falar de algo que se sente mais inseguro, as suas palavras vinculam-no a ele pessoalmente e não ao partido que representa.

Afirmou que acredita que na velha máxima de Mário Soares *"só é derrotado quem deixa de lutar".* Os tempos são novos e considerou que não se podem ignorar. As energias renováveis, a energia limpa, a descarbonização. Mas para isto acontecer o sistema tem que funcionar, aliás é uma imposição da Comunidade Europeia, da própria Organização das Nações Unidas.

A grande revolução feita em Portugal em energias renováveis foi com o primeiro-ministro José Sócrates. Aconteceu que, para a sua implantação, as Câmaras Municipais eram obrigatoriamente confrontadas para dar autorização. Mais tarde veio outro ministro socialista em que desvincula das Câmaras Municipais para

dar pareceres favoráveis, o Ministro Dr. João Galamba. Alertou que se pode discutir o assunto, mas as Câmaras não têm a força da lei para agir.

Acrescentou duas coisas, pessoalmente é altamente a favor desde que toda a população abrangida tenha a sua devida compensação, contudo, manifestou-se radicalmente contra instalações que sirvam apenas para favorecer *lobbies* e o lucro de grandes empresas. Considera que toda a população tem que sentir mais bem-estar, pode ser em infraestruturas de bem-estar social, uma série de situações novas. Parques eólicos/fotovoltaicos sem melhoria de condições de vida, não. Se trouxerem mais valias, sim.

O **Membro António Santos** considera que é um assunto extremamente grave e que todos devem pensar muito sobre isso. Questionou que tipo de terra querem para os filhos no futuro. Considera que se estes projetos prosseguirem, nada vai ser como antes. O paraíso natural e cultural vai desaparecer. Considera que não é uma questão só de compensações, acha ridículo estarem-se a falar de compensações. Questiona se vão dar aquilo que é nosso. A nossa paisagem. É um assunto que diz respeito a todos, não só aos donos dos terrenos, todos são afetados. Deu como exemplo os parques fotovoltaicos instalados ao longo da A23, que são uma vergonha completa, não se vê um pássaro, uma árvore, vêm-se espelhos, altera a paisagem natural e cultural. Consequentemente deixa-se de ter cultura. Questiona quem são os turistas que querem ver parques eólicos e fotovoltaicos, quem são os caçadores que vêm para este território. Atrás de uns virão outros. Defende que não se podem limitar à questão do voto. Diz, em nome pessoal, é contra este tipo de instalação, a instalação de parques fotovoltaicos na natureza. Questiona porque não se instala nos telhados das casas já construídas, como se faz na Europa, nos telhados das escolas, nos edifícios públicos, em todos os telhados davam para cumprir essa quota de painéis solares. Dizem que a ideia é colocar em terras não produtivas, mas isso é mentira. O que se vê é a serem colocados em terras produtivas porque é mais fácil, é mais barato, é mais acessível. Defendeu que a Assembleia Municipal e o Executivo Municipal têm uma responsabilidade acrescida porque vão alterar radicalmente a paisagem. Considera que não se pode pensar nas contrapartidas. Defendeu que ninguém tem nada contra as energias renováveis, mas têm que ser no sítio certo e na medida certa. Compreende-se que as barragens tinham sido neste território porque são no Douro, porque as minas têm de ser em Moncorvo, pois é lá que existe o ferro. Mas o sol há no país todo. Por que é que vêm para este território? Só se pela pouca população existe no Interior e pela pouca capacidade reivindicativa e pelas divisões que existem. Esta discussão tem que ser tida, pois está em causa o futuro da região. Vê isso com muita preocupação, considera que deve se fazer o que se puder para adiar a decisão.

A **Presidente da Câmara Municipal, Helena Barril,** referiu que esta temática é tão importante e que se revê em muitas, se não na maioria, das posições manifestadas em Assembleia Municipal. Informou que tiveram uma reunião em outubro de 2024 com a CEO da Movhera em que lhes foi transmitida a intenção da hibridização das barragens de Miranda do Douro e Picote. Agora falam só apenas da hibridização da barragem de Picote. E pelo que apuraram tem a ver com o facto de já não ser possível fazer em relação a Miranda do Douro pelo prazo de renovação da concessão. E desde então nunca mais tiveram contacto nenhum da parte da Movhera e também foram apanhamos de surpresa quando começaram a sentir movimentações no concelho a abordar as populações. Considera que não sabe se neste processo não serão voluntários à força.

A questão da instalação dos painéis fotovoltaicos nos telhados é um processo que está a avançar na sede do Município.

Considera que as compensações não são tudo, mas transmitiu que, na inauguração da Feira de Santarém, a Sra. Ministra do Ambiente lhes comunicou que o Governo está a preparar um pacote legislativo de medidas compensatórias para os habitantes dos territórios onde os painéis vão ser instalados que passarão pela diminuição do custo da fatura da luz e outras medidas a serem pensadas. Não sabe se serão compensatórias em relação ao que o território vai perder em termos de paisagem. No entanto, referiu que não estão a falar da cobertura total do território.

Mais declarou que, se tiver que assumir uma posição pública, assume que é contra e reforça que o é. Considera que vale mais o nosso território e, hoje apelam todos a um sentimento que muitas vezes não é manifestado ou é manifestado de forma negativa, mas apelam todos a um sentimento positiva em relação ao facto do território estar no Parque Natural do Douro Internacional, que também cria muitos condicionantes para a instalação deste tipo de projetos, dando bem-haja ao Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) por criar essas condicionantes.

Mais partilhou que, na altura da concretização do IC5, que foi uma grande obra para o território, liquidou 99 % do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) da compra do Estado português aos proprietários. Muitos dos proprietários abdicaram dos terrenos e os que não o fizeram voluntariamente acabar por fazer e acabaram por ser mais beneficiados no tribunal, mas fizeram-no e o IC5 manteve o seu traçado. E são estas situações que os deixam um pouco constrangidos e podem assumir uma posição contrária a isso, mas acredita que vão ser arrastados para isso, a cumprir diretivas comunitárias, acredita que vão ser voluntários à força. Mas considera que podem assumir uma posição, e

de uma forma unanime, se for a vontade e subscreve o que a Assembleia Municipal entender, desde que seja feito com lisura.

Mais informou que o documento que o Membro Alfredo Eduardo Alves apresentou em nome dos Vereadores do Partido Socialista do Executivo foi um documento que a Vereadora, Dra. Ana Sofia Ortega, levou à última reunião do órgão executivo do Município e que não foi possível introduzir na ordem de trabalhos porque o regulamento não o permite, mas foi abordado no período antes da ordem do dia e permitiu que chegasse à Assembleia hoje pelas mãos dos Membros da Assembleia do Partido Socialista.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** deixou clara a sua posição sobre a temática, afirmando que é contra a instalação de painéis fotovoltaicos e parques eólicos. Também está consciente que alguns vão ser impostos e é por aí que deseja começar a sua intervenção. Referiu que foi isso que quiseram dizer na posição assumida no Facebook, no entanto reconheceu que não devem ter sido bem claros. O negócio que o Dr. João Matos Fernandes e o Presidente da Câmara Municipal na altura, o Dr. Artur Nunes, também os compreende, tinham que aceitar o negócio e se calhar diziam que não havia hipóteses. Reforçou que o que quiseram dizer foi que até podem ser obrigados a aceitar as eólicas e painéis fotovoltaicos, mas não sem as devidas contrapartidas. Sabe que interessa criar barulho porque a posição foi clara.

Pessoalmente, revê-se totalmente na intervenção do Membro António Santos, mas já não se revê nas intervenções do Presidente da Junta de São Martinho, pois considera que não devem estar a criar especulação, pois só gosta de falar do que é concreto.

Acrescentou que, em 2024, tiveram uma reunião com a Movhera e eles propuseram a hibridização, falaram também nessa reunião de colocarem uns painéis solares ao pé da barragem, na encosta, de resto não falaram em mais local nenhum. Reforça que tudo o que se disser que falou em São Martinho, Genísio, Especiosa, Palaçoulo, Duas Igrejas, Atenor, é tudo mentira, com o Executivo Municipal falaram numa possível hibridização e mais nada que isso.

A partir dessa altura, a primeira vez que se falou, foi na apresentação em Atenor e percebeu que há uma empresa que está a fazer o estudo, essa empresa foi perceber com os mapas, onde não há condicionantes, fazendo aí o estudo. Sendo que no concelho de Miranda do Douro apanhava efetivamente um pouco do território de Atenor.

Mais acrescentou que considera que os agricultores vão perder muito, e é isso que têm que fazer perceber. O dinheiro que recebem dos apoios é muito mais vantajoso, e aí concorda com o Presidente da Junta de São Martinho, é mais vantajoso do que a venda dos terrenos.

Relativamente ao que disse o Membro António Santos, dos terrenos férteis que eles não querem, referiu que é mentira porque recentemente passou na zona do Fundão, onde havia vinha plantada e já tinham painéis solares em cima da vinha, colocam onde não há condicionantes.

Na sua opinião o que devem fazer é, os Movimentos se ainda não estão constituídos devem fazê-lo, é importantíssimo, que é para terem força todos juntos, e dizer às pessoas que não se iludam com a venda dos terrenos porque daqui a 20 anos os herdeiros vão ficar muito piores do que o que receberem agora.

Relativamente à apresentação do Partido Socialista na reunião de câmara, referiu que disseram que estavam de acordo com as iniciativas, mas que não se podia votar. No ponto quatro refere disponibilizar informação do município, não podem disponibilizar porque não têm nada. Pedir a prorrogação do prazo, referiu que vão fazer isso. Relativamente à cartografia, considera que o Governo ainda não tem a cartografia do concelho de Miranda do Douro, ou pelo menos vai dizer que não tem.

O **Vereador Vítor Bernardo** dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, esclareceu que a única reunião que a Câmara Municipal teve com a Movhera foi em setembro/outubro de 2024, referindo que a concessionária deve ter uma ata da reunião. E a partir daí, teve conhecimento que estavam no terreno desde que foram à freguesia de Genísio. O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse-lhe que a Presidente da Junta de Genísio, a Membro Edite Lopes, lhe tinha telefonado e que andam andavam a ver os terrenos para os aerogeradores, e falou com a Presidente da Junta de Genísio e ela foi à Câmara Municipal com o Sr. Manuel Fernandes e trouxeram os mapas, que era ali que estavam a pensar em colocar os aerogeradores. O que soube de 2024 até dezembro de 2025 foi o que lhe foi dito pela Presidente da Junta de Freguesia de Genísio.

Mais informou que, no corrente dia, saiu um Decreto-Lei a mudar o sistema elétrico nacional que diz que não é necessário comunicação prévia ou controlo prévio se os equipamentos/parques se situarem em zonas de aceleração de energias renováveis (ZAER). Tudo o que não for ZAER, pelo que lhe pareceu, ressalvando que o Decreto-Lei é muito recente, vai passar a ser controlo prévio, vai passar pela Câmara.

O território de Miranda do Douro tem 70 % em Reserva Agrícola Nacional (RAN), por isso para hibridizar a barragem de Bemposta foram para Mogadouro porque têm o Plano Diretor Municipal (PDM) de 95 e não tem Reserva Agrícola Nacional no PDM e o artigo 48º também diz que os instrumentos de gestão territorial e os planos territoriais são para cumprir, considera que houve aqui uma inversão de paradigma. Mas ressalva que ainda só leu o Decreto-Lei de forma superficial.

Continuando, informou que no dia de anterior o Ministério do Ambiente lançou um comunicado a dizer: "*o governo vai reforçar a participação das comunidades locais no desenvolvimento de novos projetos de*

energia renovável garantindo que as populações têm voz desde o início, todos os novos projetos passam a incluir um plano de participação e envolvimento das comunidades locais logo na fase de licenciamento" e é aqui que se tem que participar. *"Será ainda criado no prazo de 90 dias o plano nacional para a aceitação pública"* referiu não saber o que é, se é um sistema de consulta pública. "*É elaborada pela Direção Geral de Energia e de Geologia com medidas de informação, participação, comunicação, mitigação e compensação de impactos locais*." Isto foi ontem comunicado pelo Ministério do Ambiente, referindo que não sabe em termos práticos o que quer dizer. Mais esclareceu que a Movhera e a Engie nunca mais se reuniram com a Câmara Municipal porque perceberam que não precisavam das Câmaras Municipais. Sendo que a Associação Nacional de Municípios Portugueses foi ouvida no Decreto-lei de 98/2024, não sabe qual foi a posição.

Para terminar, reforçou que a posição do Município está tomada, contra.

Seguidamente o **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum dos Membros queria voltar a intervir e manifestaram-se os Membros: Lísis Gonçalves, Carolina Mesquita, Mário João Vaz e Alfredo Eduardo Alves.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira, Lísis Gonçalves**, ressalvou que, se a memória não lhe falha, o Decreto-lei n.º 30-A/2022 – *"criação de autoestradas de licenciamento"* foi efetuado no governo de António Costa com o Ministro que sucedeu ao Ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro. Duarte Cordeiro sucedeu ao Ministro Matos Fernandes e a Lei antes de findar esta "*auto estrada de licenciamento"* foi feito o Decreto Lei n.º 116/2024, a prorrogação desse Decreto-Lei: primeiro ministro era Luís Montenegro, Ministra do Ambiente, Maria Graça Carvalho, isto quer dizer que estão completamente misturados, independentemente da cor que está em Lisboa, é para tentar avançar com projetos desta envergadura.

Afastando-se desta vertente política e dirigindo-se ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, informou que 157.5 megawatts (MW) de potencia instalada – Parque Fotovoltaico de Avelanoso. Clarificou que foi denominado como "Parque Fotovoltaico de Avelanoso", apesar da maior área usada ser na Freguesia de São Martinho, que está no Concelho de Miranda do Douro. Sustentou que a atribuição do nome de São Martinho ao projeto ia representar uma situação complexa, dado que existem contas por regularizar com essas comunidades e seria mais fácil de os atacar quem está a defender este projeto. Por isso, optaram pela denominação Avelanoso, freguesia que tem a menor área de instalação destas infraestruturas.

Prosseguindo a sua intervenção, referiu que cada torre possuiu 4.5 (MW) de potência instalada por cada aerogerador, o que se traduz num total de 35 aerogeradores para atingir os 157,5 MW previstos. Sendo que

se existe uma potência instalada para transporte de muita alta tensão de 220, verifica-se um deficit e questiona o motivo dessa diferença. Quer dizer que avançando este projeto eólico, nas terras que fogem às grandes condicionantes, que são Genísio, Especiosa, São Martinho e um pouco de Cicouro, questiona o que vão fazer com a restante capacidade de transporte em 8 mil horas que não estão a ser usada. Deixam em aberto a janela a mais uma hibridização, a uma hibridização já consumada. Pode-se hibridizar uma energia renovável, a água com outra energia renovável, a eólica, e vamos aqui também ocupar muita área com energias fotovoltaicas em Atenor. Mas na Freguesia de São Martinho deixando esta janela aberta, podem fazer um parque com 80 hectares de energias fotovoltaicas no futuro.

Concluindo, referiu que está tudo pronto para avançar. Avançando este, será numa próxima reunião de Assembleia que será discutido, se este avançar, espera que não deixem de lutar todos em uníssono, porque isto é a autoestrada, como eles lhe chamam Plano Sectorial de Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, não precisam das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia só para fazer um *pró-forma* e tentam a tudo o custo, com a lei, destruir o território.

Para finalizar, deixou a nota que, a Primeira-Ministra italiana, Giorgia Meloni, quando tomou posse, o seu país estava a ser destruído, à parte agrícola, com mantas de painéis fotovoltaicos, que não são renováveis no fim da sua vida útil, assim como a composição das pás dos aerogeradores no fim da sua vida útil vão para um país de terceiro mundo serem enterradas no meio de deserto. Então, a Primeira-Ministra colocou a lei de só se poderem instalar as energias renováveis em terrenos não agrícolas. Apelou a que tenham coragem de fazer isso, se somarem todas as coberturas de todos os edifícios públicos em todos os municípios, em todos os hospitais, tribunais, tinham muita área a ser ocupada, nos sítios onde efetivamente se gasta efetivamente energia.

A **Membro Carolina Mesquita** informou que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em maio do corrente ano, emitiu um relatório sobre a mega central de painéis fotovoltaicos que está a ser pensada construída na Beira Baixa. Em que, após muita pressão dos munícipes daquela zona, o relatório provou que os parques megalómanos de painéis fotovoltaicos iriam produzir impactos permanentes e irreversíveis na área. Sugeriu que, em vez de se fazerem publicações nas redes sociais, realizassem sessões de formação nas aldeias, dirigidas às pessoas que não usam as redes sociais, às pessoas que não têm a capacidade de compreender quais os estragos a longo prazo na região. Uma vez que os Presidentes das Juntas de Freguesias estão presentes na Assembleia Municipal, apelou a que se promovam sessões para informar os donos dos terrenos que o lucro a curto prazo que poderão ter na cedência dos seus terrenos para a instalação destes projetos, quer seja eólicas ou painéis solares, porque é no terreno que as pessoas começam a ter noção

dos prejuízos que este tipo de medidas pode trazer. Enfatizou que os debates na Assembleia Municipal e as publicações nas redes sociais não alcançam a população diretamente afetada, que detém o poder efetivo de travar o avanço das propostas. A este propósito, sustentou a sua argumentação invocando um relatório da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) emitido para uma situação idêntica.

O **Membro Mário João Vaz** manifestou a sua perplexidade face à situação que se verifica na região da Covilhã. Recordou a implementação de um vasto projeto agrícola de regadio nessa zona, abrangendo uma extensa área desde o concelho do Fundão até à Covilhã. Lamentou que, presentemente, os terrenos que haviam sido afetos ao projeto de regadio estejam a ser ocupados por painéis fotovoltaicos.

Por outro lado, referiu que não conseguiu entender que a leitura da publicação do Facebook seja outra que aquela que teve. Destacou a importância, em consonância com apelos anteriores, de reconhecer que as decisões do poder político central colidem com a posição e os interesses locais. Nesse sentido, e subscrevendo a intervenção do Membro Jorge Lourenço, defendeu que este tema não deve ser instrumentalizado como arma de arremesso político no seio do órgão, apelando à manutenção de uma postura coesa por parte da Assembleia Municipal se quiserem chegar a algum sítio.

Considera que a proposta apresentada pela Membro Carolina é uma ótima proposta, contudo atenta que é necessário pensar em oferecer soluções mais rentáveis para esses terrenos. Se existem soluções mais rentáveis em termos agrícolas, tentar com que quem tem esses terrenos possa ver essa diferença. Sugeriu que, por intermédio do Gabinete do Agricultor, se demonstre a viabilidade económica dessas alternativas e se preste apoio na otimização e aplicação eficiente dos subsídios agrícolas, capacitando o pequeno agricultor na sua tomada de decisão. Defendeu que, embora o processo deva iniciar-se com ações de formação e esclarecimento, deve mobilizar-se todos os mecanismos ao seu dispor para mitigar os impactos no território.

O **Membro Alfredo Eduardo Alves** parabenteou o Membro Jorge Lourenço pela sua intervenção, ressalvando, contudo, que, na altura a construção da barragem foi imposta, não houve a necessidade de esclarecimento como existe hoje. Observou que a possibilidade de debater a matéria na Assembleia Municipal coloca desafios acrescidos à tomada de decisão do Executivo Municipal porque nem as Juntas de Freguesias são ouvidas. Concluiu defendendo a necessidade da Assembleia Municipal assumir e transmitir à direção do Município uma posição firme e unificada em defesa do território.

Expressou da mesma forma a concordância com o discurso Membro António Carção, onde foi abordada a questão da descarbonização, alertando que, tendo em conta o número de plantas no território, são

excedentários em fixação de carbono. Quando vieram a implantação dos parques eólicos, que vão cortar mato e árvores, provavelmente não vão contribuir para essa descarbonização.

Sustentou que a posição só pode ir por dois lados no futuro: manter o espaço verde atual ou partir para um sítio onde não se pode fazer as atividades. Acrescentou que, estando o país a aumentar produção de energia, deve pedir-se às empresas que querem produzir essas energias renováveis neste território, que instalem os *data centres* e as empresas de inteligência artificial neste território, que são essas que vão consumir a energia. Defendeu que as decisões respeitantes ao território têm caráter coletivo e não individual, devendo ser tomadas no próprio território.

Por fim, recordou o modelo anterior de apoio à colocação de painéis solares nas habitações com remuneração do excedente energético, no entanto deixaram de poder fazer isso, mas defendeu que é um projeto que pode ajudar a criar energia limpa para o país.

O **Membro Nuno Jordão** cumprimentou os presentes e questionou se o Município também vai apoiar quem seja a favor da venda dos terrenos.

O Membro António Santos interveio para recordar que, havia cerca de quarenta anos, o território passou por uma ameaça imensa que era a central nuclear de Sayago, estando já em construção, e foi devido à luta das populações que envolveram muita gente, muitas instituições, que se conseguiu travar aquele processo. Reforçou que não há impossíveis, o importante é a união e trabalho para uma causa comum.

O **Membro António Carção** referiu que, se por um lado a central nuclear não foi implementada devido à pressão exercida, por outro lado o Parque Natural do Douro Internacional acabou por ser imposto, ressalvando, contudo, que é a favor do Parque. Observou que a luta, por vezes, produz resultados e noutras não, afirmando-se, ainda assim, convicto da sua importância. Acrescentou que se vive um período em que a camada de ozono está a ser destruída por razões conhecidas — entre as quais o uso generalizado do ar condicionado, de que ninguém prescinde — concluindo que não conhece quem não deseje viver em condições climáticas aceitáveis.

Assim, o Membro António Carção desafiou a Assembleia Municipal a elaborar, aprovar e remeter uma moção conjunta às entidades competentes. Sublinhou a importância de passar à ação, referindo que as palavras não bastam e sugeriu, para esse efeito, a constituição de uma comissão responsável pela redação do documento. Reiterou que, se o órgão pretende verdadeiramente agir, não deve limitar-se a discursos que fiquem circunscritos ao espaço da sessão, não obstante a mesma estar a ser transmitida *online*. Concluiu, assim, renovando o apelo para que a Assembleia não fique parada.

O Presidente da Junta de Freguesia de Picote, António Jorge Lourenço, considerou tratar-se de um problema difícil, defendendo a necessidade de se debater o que está na base destas questões: o contínuo empobrecimento do Interior provocado pelas políticas adotadas. Salientou ser fundamental definir o modelo de desenvolvimento pretendido para o território.

Nesse sentido, e concordando com a intervenção do Membro António Carção, defendeu a urgência de clarificar o futuro do Interior. Apelou a um debate sem lirismos ou radicalismos, escuta dos atores relevantes e na aceitação da realidade.

O **Membro Alfredo Eduardo Alves** considerou urgente a tomada de medidas. Informou já ter solicitado ao Executivo Municipal tomar a primeira medida, devido ao prazo de consulta pública terminar a 15 de julho, ponderando a interposição de uma providência cautelar.

No entanto, considerou mais concreto o proposto pelo Membro António Carção, defendendo que a própria Assembleia Municipal assuma uma posição e faça um documento. O mais urgente possível tendo por base o dia 15 de julho.

Para o efeito, questionou se reúnem, se constituem um grupo de trabalho e a subsequente realização de uma nova sessão da Assembleia Municipal para deliberação final. Concluiu apelando à decisão sobre o futuro que queremos para o território, continuar como estamos e sem indústrias ou perder o território e sem dinheiro.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, antes de passar a palavra o Executivo Municipal, esclareceu tratarem-se de duas temáticas distintas, que exigem abordagens diferentes. Por um lado, a instalação de painéis fotovoltaicos por empresas específicas e, por outro, o programa sectorial das ZAER. Na sessão a decorrer, verificaram-se intervenções de várias formas, pessoas que como o Membro Lísis Gonçalves se focaram no investimento específico de certas empresas, enquanto que a proposta do Partido Socialista foi mais de encontro a perceber o que são as ZAER, pedir mais informações. Disse serem tópicos relacionados, mas que não são exatamente a mesma coisa.

Acrescentou que o que lhe faria sentido, uma vez que já houve um compromisso assumido na reunião, - que pensa que a Presidente da Câmara oportunamente reiterará para registo em ata —, era pedir mais informação ao Governo e não lhe cabe a si interferir.

Relativamente à proposta de articulação entre os líderes municipais para a redação de uma moção conjunta, sugeriu que esta não se circunscreva ao contexto imediato, devendo antes consubstanciar uma tomada de posição mais abrangente e geral do órgão sobre a futura instalação de painéis fotovoltaicos no concelho, remetendo a decisão final para a consideração da Assembleia Municipal.

O **Membro António Carção** propôs que seja a Câmara Municipal a elaborar e aprovar a moção na sua próxima reunião, procedendo ao seu envio imediato às entidades competentes. Justificou a proposta por razões de celeridade e eficiência, assinalando que a convocação de uma sessão da Assembleia Municipal para esse fim seria dispendiosa e suscetível de perturbar os trabalhos em curso. Sugeriu, assim, que a Assembleia Municipal se associe à tomada de posição do Executivo Municipal, ratificando a referida moção na sua sessão seguinte.

O **Membro Alfredo Eduardo Alves** manifestou concordância com a posição do Membro António Carção, reiterando a necessidade imperativa de uma atuação rápida. Assinalou que, ao contrário da questão da proposta anteriormente falada, em que existia margem temporal, neste caso o adiamento tem que ser a curto prazo.

Nesse sentido, apresentou como alternativas a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal no prazo de oito a quinze dias ou, acompanhando a proposta do Membro António Carção, a elaboração do documento por parte do Executivo Municipal para posterior ratificação por este órgão, reforçando a urgência na tomada de uma posição formal.

A **Presidente da Câmara Municipal** reforçou que o assunto em apreço é demasiado sério para ser tratado com leviandade. Salientou a necessidade de se tomar uma decisão quanto à apresentação da moção, sublinhando que esta terá de ser devidamente submetida na Assembleia Municipal.

Uma vez que o previsto no regimento da Assembleia Municipal é que as sessões extraordinárias devem ser convocadas com o mínimo de 5 dias de antecedência, propôs a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para o dia 10 de julho, com ponto único na ordem do dia dedicado à apreciação e votação da referida moção. Foi salientado que o documento deverá ser previamente elaborado e disponibilizado a todos os Membros para recolha de contributos antes da sua submissão ao plenário, se o Presidente da Assembleia Municipal não se opuser.

Foi igualmente destacada a pertinência da questão levantada pelo Membro Nuno Jordão respeitante à posição dos cidadãos que se manifestam favoráveis à colocação dos painéis fotovoltaicos. Ressalvou que, embora o panorama geral do Executivo e muitos Membros da Assembleia Municipal vá em sentido contrário à instalação, importa também ter em consideração quem está a favor está no seu pleno direito.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou os presentes e fez referência à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Gonçalves, dizendo que percebeu a ideia que considera estar bem pensada. Nesse sentido, observou que a aceitação inicial dos aerogeradores abre precedentes para a sucessiva instalação de outras infraestruturas energéticas no território. Concluiu

considerando que a posição do Executivo Municipal e a sua posição pessoal se encontram devidamente clarificadas, não sendo necessário prolongar reiteradamente esse debate.

Relativamente à intervenção da Membro Carolina Mesquita, que fez alusão às sessões de esclarecimento, reforçou que a Presidente da Câmara abordou uma questão importante, se dinamizarem sessões para os que são contra, também devem dinamizar sessões para os que são a favor.

Mais acrescentou um ponto na sua posição contra a instalação destas infraestruturas, alertou para a necessidade de esclarecer as implicações fiscais para os proprietários, salientando que os rendimentos auferidos estarão sujeitos a tributação. Alertou para que daqui a 30 ou 40 anos ser necessário retirar os equipamentos, nomeadamente os aerogeradores.

Concluiu defendendo uma ampla prestação de esclarecimentos junto da população para que toda a gente fique esclarecida e manifestou a sua preferência por uma proposta oriunda da própria Assembleia Municipal, em detrimento de uma iniciativa proveniente do Executivo Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal** deixou nota de que a convocação de sessões da Assembleia Municipal, ordinárias ou extraordinárias, é da competência da Mesa da Assembleia ou, então, poderá ser feita por solicitação dos Membros da Assembleia. Esclareceu, contudo, que a sugestão apresentada pelo Executivo Municipal no sentido da sua realização foi acolhida com gosto pela Mesa.

A terminar, solicitou aos grupos municipais a designação de representantes para acompanhar e dar seguimento aos trabalhos.

O **Membro António Carção** propôs que a Comissão responsável pela redação do documento fosse constituída por um ou dois representantes de cada força partidária, devendo incluir igualmente os membros independentes, de forma a garantir a máxima abrangência e representatividade.

Na sequência do apelo à participação, disponibilizaram-se para integrar o referido grupo de trabalho os membros Lísis Gonçalves, Edite Lopes, António Jorge Lourenço, Alfredo Eduardo Alves, José Francisco Ribeiro, Micaela Igreja e Pedro Velho, em representação da Mesa.

Ficou assente que esta Comissão terá como propósito elaborar o esboço do documento, o qual será posteriormente partilhado com todos os Membros e submetido a votação numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Para o efeito, informou-se que será agendada uma reunião da comissão eventual com vista ao início imediato dos trabalhos.

O **Membro Lísis Gonçalves,** dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal, referiu que no dia 7 de maio lhe tinha feito chegar a sua preocupação profunda e percebeu o motivo pelo qual não consumou o seu pedido. No entanto, necessita que esta informação seja pública, referindo que enviou um e-mail no dia 7 de

maio a solicitar a realização de uma sessão extraordinária e mostrou-lhe dez pontos que poderiam ser discutidos. Referiu ter compreendido e aceite, na ocasião, as razões apresentadas para o indeferimento do pedido, manifestando satisfação por ver a sua pretensão agora acolhida, ainda que por vias indiretas.

Sustentou, contudo, que o assunto deveria ter sido tratado com caráter de urgência logo em maio, o que teria permitido a realização da sessão a 15 desse mês e garantido uma atuação em tempo útil, sublinhando que a situação deve servir de aprendizagem coletiva. A terminar, apelou ao Presidente da Assembleia para que, em futuras situações, não hesitar em tomar a decisão certa.

O **Presidente da Assembleia Municipal,** em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Gonçalves, reiterou que tomou, indiscutivelmente, a decisão certa porque considera que para se discutir é necessário ter informação suficiente e de qualidade. À data de 7 de maio, a informação era parca. Apesar de a informação ainda ser escassa nesta reunião, são duas situações incomparáveis, uma vez que até já foram criados movimentos cívicos, já ocorreu a prestação de esclarecimentos à população da parte das empresas, e estes elementos permitem, finalmente, um debate devidamente fundamentado.

Esclareceu, também, o enquadramento regimental, lembrando que a convocação de sessões não compete isoladamente a um Membro individual nem à Presidente da Câmara, cabendo essa competência à Mesa ou ao número regulamentar de Membros da Assembleia. Recordou que, na altura do contacto pelo Membro Lísis Gonçalves, se avizinhava a sessão ordinária de junho, distante escassas três semanas. Explicou, ainda, que a intenção inicial de agendar a sessão ordinária para o início de junho, tal e qual como apresentada ao Membro Lísis Gonçalves, não se concretizou por falta da documentação necessária por parte dos Serviços Municipais de diferentes divisões, devido à grande carga de trabalho destes serviços, forçando a realização da Assembleia Municipal no final do mês. Justificou, igualmente, a impossibilidade de agendamento da reunião de Assembleia na sexta-feira anterior devido à coincidência de datas com a reunião do executivo da Câmara Municipal, garantindo não ter existido qualquer desprimor para com o Membro Lísis Gonçalves, nem para com a população da Freguesia de São Martinho de Angueira, nem para com a Assembleia Municipal. Concluiu, reafirmando a responsabilidade inerente ao seu cargo e a certeza da qualidade da decisão tomada, assinalando que a sessão extraordinária decorrerá agora com maior suporte documental e envolvimento cívico.

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrado o ponto 2.11 e abriu o ponto seguinte

2.12 Informação a prestar pela Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal – Apreciação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecer os presentes acerca dos assuntos vertidos na informação por ela apresentada.

A **Presidente da Câmara Municipal** manifestou-se recetiva para responder às eventuais questões que considerassem pertinente colocar-lhe. Seguidamente, assinalou o início das celebrações da semana do Dia da Cidade, a 4 de julho, com o Desfile dos Pendões, a que se seguirão diversas manifestações culturais. Destacou a relevância de integrar a sessão extraordinária da Assembleia Municipal nesse programa festivo, formulando votos para que a comissão constituída elabore um documento consensual que reflita a posição quase unânime do Órgão sobre esta temática.

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou os Membros presentes sobre a pretensão de intervir e solicitou o uso da palavra o Membro Lísis Fernandes Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira**, **Lísis Gonçalves,** solicitou esclarecimentos ao Executivo Municipal quanto ao estado da candidatura submetida para restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos, após o incêndio da freguesia de São Martinho, nomeadamente a instalação de comedouros, bebedouros, sinalética de caça e pontos de água. Mencionou que o concurso teria sido ganho por uma empresa sediada em Vimioso, questionou se o processo dispõe de todos os licenciamentos e se estão reunidas as condições para o início dos trabalhos.

Em resposta, a **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a matéria consta da informação prestada pela Divisão de Obras Municipais, encontrando-se em fase de concurso a empreitada de estabilização de emergência pós-incêndio em Angueira. Informou-se que o procedimento está dividido em dois lotes, a aguardar a apresentação de propostas por parte das empresas concorrentes, que aceitem trabalhar com os montantes previstos, no âmbito do financiamento previsto nas candidaturas do Instituto de Conservação da Natureza e Floresta (ICNF). Solicitou, também, esclarecimentos ao Executivo Municipal relativamente ao estado de funcionamento da máquina de rastos. Questionou, em concreto, se o equipamento se encontra plenamente operacional para utilização em situações de extrema necessidade, como está assegurado o seu transporte, quais os operadores que lhe estão afetos e se o respetivo seguro se encontra ativo e em vigor para o regular desempenho de funções.

A **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o Município conta atualmente com um técnico em formação para a operação do equipamento, além de um elemento dos Bombeiros Voluntários que esteve em formação, que de momento não está. Assegurou que, perante uma situação de emergência, a utilização da máquina de rastos está garantida, ressalvando a existência de meios e articulações, citando como

exemplo o Município de Macedo de Cavaleiros, que dispõe de três operadores, o que impede que o equipamento fique inoperacional no terreno.

Mais informou que se encontra em processo a adjudicação do veículo de transporte, a chamada zorra e a aplicação dos logótipos do Município no equipamento, vão continuar a contar com a cooperação dos Bombeiros Voluntários. Reiterou a garantia de que, em caso de necessidade, o equipamento será imediatamente mobilizado para onde for requerido. Recordou, também, o auxílio imprescindível prestado por máquinas de rastos no combate ao incêndio de São Martinho, que vieram de outros territórios para cooperar.

Concluído o debate deste assunto, os Membros que integram este órgão deliberativo e que participaram nesta reunião deram-se por informados e esclarecidos quanto ao conteúdo da informação prestada pela Presidente da Câmara Municipal a esta Assembleia Municipal.

Não se verificando por parte de nenhum dos Membros mais nenhuma questão, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a abordar o ponto subsequente.

2.13 Outros assuntos.

O **Presidente da Assembleia Municipal,** dirigindo a palavra aos Membros deste órgão deliberativo presentes na reunião, interpelou-os sobre se pretendiam tratar de mais algum assunto relevante para o Concelho, tendo-se manifestado os Membros Alfredo Eduardo Alves e José Francisco Gonçalves Ribeiro.

O **Membro Alfredo Eduardo Alves** assinalou que, nos documentos remetidos à Assembleia Municipal, constava uma moção intitulada "*manutenção da base do helicóptero do INEM em Macedo de Cavaleiros*" apresentada pela Assembleia Municipal de Bragança. Questionou qual a posição a tomar pela Assembleia Municipal e se a matéria se destinava apenas à tomada de conhecimento.

O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que a prática comum é informar os Membros da Assembleia Municipal da moção, e que, se alguém se identificar com a moção, pode ser adicionada à ordem de trabalho e ser discutida na ordem do dia, desde que comunicado atempadamente.

Em resposta, o **Membro Alfredo Eduardo Alves** declarou identificar-se com o teor da moção, embora tenha assinalado que a mesma carece de fundamentação técnica sólida. Defendeu, contudo, a importância da Assembleia Municipal tomar uma posição em defesa da permanência do meio, perante a possibilidade de transferência do helicóptero para Vila Real, sustentando que a matéria deveria ser objeto de discussão.

O **Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro, José Francisco Ribeiro,** cumprimentou os presentes e questionou o Executivo Municipal se os trabalhos de limpeza de vias atualmente em curso

contemplam o estradão que liga Constantim ao Naso, alertando para a presença de silvas na referida via, e solicitou a clarificação de qual a entidade responsável pela execução da intervenção.

A **Presidente da Câmara Municipal** informou que foi dada a garantia da manutenção do helicóptero do INEM em Macedo de Cavaleiros até 2030, sem prejuízo do Município se possa associar à moção apresentada pela Assembleia Municipal de Bragança.

Seguidamente, apresentou publicamente um pedido de desculpas ao Presidente da Assembleia Municipal por ter tomado a iniciativa de sugerir a convocação daquele órgão deliberativo, reconhecendo não ser da sua competência.

Relativamente ao estradão referenciado, esclareceu tratar-se de um caminho rural e informou que a sua limpeza não está contemplada.

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que as moções vão chegando à Mesa e são enviadas para conhecimento. Quando os Membros quiserem que estas sejam discutidas e se delibere, têm de ser introduzidas na ordem de trabalhos. Ou então, podem ser incluídas no próprio dia, no início da reunião, mas isso implica caráter de importância e urgência para o Município e aprovação de dois terços dos Membros da Assembleia eleitos.

O **Membro Alfredo Eduardo Alves** referiu que o helicóptero é muito importante, tendo ficado descansado com a garantia dada até 2030. Notou ter conhecimento das imposições que há de Vila Real para que o helicóptero volte para o seu território. No entanto, do ponto de vista técnico, pode-se dizer que as possibilidades de levantamento em Vila real são menores do que em Macedo de Cavaleiros por causa do nevoeiro. Acrescentou ainda que os 15/20 minutos de diferença no tempo de resposta são fundamentais para a parte norte do concelho e para Vimioso na prestação de socorro ao sinistrado.

3 Período de intervenção do Público.

O **Presidente da Assembleia Municipal** demandou se alguém de entre os presentes no Público pretendia, no exercício do seu direito de participação, intervir, tendo-se manifestado os cidadãos Bárbara Fráguas e José Jambas.

A **cidadã Bárbara Fráguas** começou por apresentar-se e referiu estar na Assembleia Municipal a nível pessoal, uma vez que reside em Atenor, mas também em representação da plataforma Nordeste Vivo, que é um movimento cívico, apartidário e que não está de forma alguma contra a transição energética, mas contra a forma como está a ser feita e como está a ser imposta no território. Seguidamente, proferiu o discurso que se passa a transcrever:

"O Nordeste Transmontano, nomeadamente o Planalto Mirandês, está literalmente a ser abalroado por megaprojetos fotovoltaicos e eólicos, em processos que se regem por desinformação, falta de transparência e ocultação às populações. Neste momento, encontram-se já aprovados mais de 1500 hectares de parques fotovoltaicos, no concelho de Mogadouro, sem que a maioria da população tivesse sequer conhecimento. Terras estão a ser compradas e alugadas, antenas de medição de vento estão a ser instaladas nos mais diversos pontos do Planalto, sem ninguém saber dos projetos que se sucedem. As novas linhas de muita alta tensão previstas para ligar alguns destes novos projetos às centrais hidroelétricas de Picote e Bemposta, permitem ainda, em termos de capacidade, a instalação de outros parques nas mesmas zonas, de forma a rentabilizarem o investimento na construção destas novas linhas. Assim, onde agora forem implantados parques fotovoltaicos, surgirão de seguida parques eólicos, e onde agora forem implantados parques eólicos, como em S. Martinho de Angueira, Cicouro e Especiosa e Genísio, surgirão depois parques fotovoltaicos, ao abrigo dos famosos projetos de hibridização.

Os proprietários dos terrenos são facilmente convencidos com os valores chorudos que lhes são oferecidos. Preços estes que vão inflacionar os valores correntes e impedir que agricultores existentes, ou novos que se queiram instalar, não tenham hipótese de criar ou aumentar a sua exploração agrícola. Vendas estas que quebram, em muitos casos, o último vínculo que estas pessoas e famílias ainda têm a este território, contribuindo para o acelerar do processo de desertificação do interior.

Durante estes últimos anos, autarquias e empresários, lutaram para promover um território diferenciado, pelos seus valores naturais, pela sua paisagem, pela sua cultura e pela sua história. Um trabalho que nitidamente tem começado a dar frutos e que tem trazido tantos turistas a visitar esta região. Acham que estes turistas continuarão a procurar um território coberto por campos negros artificializados e rodeado de torres eólicas de 200m de altura? Acham que é isso que eles procuram? E o que será feito de quem investiu e está a investir nesta região, contribuindo para a sua economia, criando riqueza e postos de trabalho? Os mais teimosos permanecerão aqui, em pequenas ilhas, separadas de outras por um mar negro de painéis. E os outros, emigrarão, contribuindo também para a desertificação de um interior que nunca mais voltará a ser como era.

Os habitantes das zonas mais próximas aos parques eólicos, rodeados de dezenas de aerogeradores, sofrerão de perturbações de sono, aumento de stress e irritabilidade, depressões devido à exposição constante ao ruído dos aerogeradores e de alteração da paisagem, ou em casos de exposições prolongadas, sofrerão da doença vibro acústica caracterizada por alterações tecidulares e orgânicas.

Pergunto: é isto que queremos para o nosso território? Não está na altura de nos unirmos e lutarmos contra estes megaprojetos e contra estas empresas na sua maioria estrangeira, cujo objetivo é o lucro megalómano?

Queria realçar que o PDM encontra-se em participação publica e é uma arma importante que temos para tentar para travar a expansão estes megaprojetos. Através do PDM podemos realmente limpar e quase excluir pelo menos em grande parte das áreas para que estes megaprojetos sejam implementados no terreno. É importante a participação das juntas de freguesia, mas também é importante o papel do Executivo ao terem coragem ao alteram o PDM e conseguirem bloquearem a expansão destes megaprojetos."

Seguidamente tomou a palavra o **cidadão José Jambas**, também membro do Movimento Nordeste Vivo, que gostaria de partilhar alguns dados práticos.

O cidadão José Jambas começou por informar que efetivamente estão aprovados 1510 hectares em Mogadouro, ressalvando, contudo, que o projeto ainda pode ser alvo de uma providência cautelar. Explicou que o projeto *Mogadouro 1* encosta ao hotel que estava para ser construído em Santiago, e, entretanto, ficou abandonado e a Câmara Municipal mobilizou-se para o adquirir, salientando que não deverá ser muito interessante ter turistas no hotel e um mar de painéis solares ao lado.

Mais esclareceu que, dos parques que estão aprovados na zona de Mogadouro, desde Santiago até Brunhosinho, toda a área situada do lado esquerdo de quem circula no sentido Miranda do Douro – Mogadouro ficará coberta por painéis solares.

Deu conhecimento dos hectares que cada projeto vai contemplar, designadamente o *projeto Mogadouro1* – 293 hectares; *Mogadouro 2* – 498 hectares; o de *Tó* – 121 hectares e o do *Planalto* – 310 hectares. Alertou que estes dados são reais, claros e difíceis de obter, o que evidencia a falta de transparência que tem existido. Estes dados estão na Direção Geral de Geologia e Energia, mas são muito difíceis de obter.

Deixou a ressalva que estão disponíveis para colaborar com a autarquia, com todos, de forma a que perante esta causa comum estejam unidos.

Mais informou que os dados da Associação Portuguesa do Ambiente (APA) são claros relativamente à ocupação do uso solo. Sublinhando a necessidade de se definir a posição a tomar, considerou ter ficado evidente que não é possível estar dos dois lados da *barricada*, não se pode querer dinheiro da Engie ou de outros promotores, sem se ter uma posição definida.

Deu como exemplo o *projeto Mogadouro 1* que abrange 293 hectares, e tem de ocupação do solo em cultura temporárias, terras de cereal, trigo, cevada e centeio, 173 hectares, apelando a que se faça a diferença, já não fala em vinhas, em olivais, em pastagens permanentes, em florestas de sobreiros, outras riquezas

associadas a este território. O *projeto Mogadouro 2* tem 498 hectares, ocupação de uso solo culturas temporárias 381,33 hectares, apela a que façam novamente a diferença, em terras de cultivo de trigo, centeio, já não fala, insiste em vinhas, zonas de pastagens, lameiros, olivais, tudo o que se vê do lado esquerdo será cortado, visto não interessar a existência de sombras porque limita a produção de eletricidade. O projeto *Planalto* tem 310 hectares, destes ocupa 127 hectares de terreno agrícola sequeiro. Sublinhou que estes dados são relativos ao que já está pensado para Mogadouro. Informando que se encontram a trabalhar com a Câmara Municipal no sentido de tentar bloquear estas dimensões que são verdadeiramente assustadoras.

Recordou que, no decorrer desta Assembleia Municipal, foi referido que estes projetos são sempre associados a hibridização. Portanto, neste momento, estes projetos estando aprovados e, na orla dos mesmos, estão já colocadas torres de medição de vento, na serra de Variz já estão duas torres, para que a seguir venha o que já referido, os parques de aerogeradores.

Deu como exemplo a sessão pública realizada na freguesia de Cicouro, na qual o Eng. Nuno Nóbrega, que representa a Gestur, foi questionado sobre a linha alta tensão que irá ser construída, que ligará o parque eólico à freguesia de Picote. Salientou que o que está previsto produzir pelo parque eólico ocupa uma pequena parte dessa linha de muita alta tensão. Foi interrogado, apesar de algumas insistências porque não o queria fazer, porque é que se projeta uma linha de muita alta tensão quando com aquilo que se vai produzir não é preciso uma linha dessa dimensão. Depois de muita insistência, acabou por admitir que "*acha que faz sentido depois de estarem os aerogeradores não ocupar o espaço que está por baixo com painéis fotovoltaicos",* portanto isto é um facto, isto é verdade.

Prosseguiu, informando que a área interdição de caça por baixo dos aerogeradores, que julgava ser de 250 m, é, na verdade, de 500 m. O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho disse que eram cerca de 19 a 20 hectares de não caça por baixo de cada aerogerador, mas não é, são 78 hectares. Voltou a frisar que a informação é muito difícil de obter, requer muito trabalho e se de facto ao se pensar nos aerogeradores junto da autoridade tributária são considerados infraestruturas industriais e como há esta designação, a tributação fica clara e demonstrado que perante a lei da caça são 500 m. Salientou que, contabilizando 35 aerogeradores, perfaz uma área de interdição de caça de 2748 hectares, o que considera ser significativo.

Relativamente às sessões de informação faladas na Assembleia Municipal, salientou que a informação partilhada resulta do trabalho desenvolvido pelo Movimento. Esclareceu que o Movimento é favorável à transição energética, mas opõe-se a qualquer imposição. Sublinhou que os proprietários são livres de vender

os seus terrenos a quem entenderem e pelo preço que desejarem, devendo, contudo, ser efetuada uma devida ponderação de custos.

Alertou para o facto de o rendimento associado às *pseudo* rendas poder ser ilusório. Explicou que, ao contabilizar-se a perda de subsídios, a passagem para outros níveis contabilísticos, as taxas, poderá não compensar. Sublinhou a necessidade dos proprietários estarem devidamente esclarecidos, exemplificando que, do montante referido de sete mil euros por aerogerador, cerca de metade poderá ser absorvida por impostos, a que acresce a perda de apoios. Por fim, apelou a uma análise financeira rigorosa por parte dos interessados.

Reconheceu que cada pessoa é livre de fazer o que quiser com os terrenos, mas até certo ponto, exemplificando que se alguém se lembrar de construir uma lixeira no seu terreno e que vai prejudicar a comunidade toda, se calhar não é bem assim. Os parques quando são construídos afetam a todos.

Apelou a um exercício a fim de ilustrar o impacto visual, salientou que um aerogerador com 200 metros de altura, equivale a um edifício de 66 andares e a mais de metade da estrutura da Torre Eiffel, na localização prevista, seria amplamente visível a partir de Vila de Ala, salvo em situações de nevoeiro.

Notou que, enquanto no concelho de Mogadouro surgiram inicialmente os parques fotovoltaicos e se planeia agora a instalação de parques eólicos, no território de Miranda do Douro verifica-se o processo inverso.

Defendeu que a forma legal de se trabalhar para impedir estas infraestruturas é ao nível do Plano Diretor Municipal (PDM). A discussão pública associada ao PDM termina primeiro que a do programa sectorial, era importante salvaguardar o PDM de forma a proibir estas infraestruturas.

Acrescentou que a opinião de Mogadouro é convergente com a de Miranda do Douro.

Mais informou que, relativamente ao programa setorial, podem já votar contra, argumentando que a falta de clareza da informação disponibilizada, designadamente nos mapas à escala municipal em que não se consegue a informação, o que impede uma tomada de decisão fundamentada.

Por fim, manifestou disponibilidade para colaborar com o Executivo Municipal, à semelhança do efetuado em Mogadouro, e propôs a constituição de uma equipa de trabalho transversal a todo o Nordeste Transmontano.

A Presidente da Câmara Municipal agradeceu a presença do cidadão José Jambas e da cidadã Bárbara Fráguas, sublinhando a importância da participação dos munícipes na Assembleia Municipal para a exposição das suas preocupações.

Salientou, como foi notório ao longo do decorrer da Assembleia Municipal, que partilham dos mesmos pontos de vista e isso é muito importante. Relativamente ao assunto exposto, referiu ter sido já sobejamente

debatido e continua a não haver muita informação sobre isso, não podem falar em concreto do que está previsto para o território, mas é um assunto que vão acompanhar.

Reiterou a relevância da moção que vai ser preparada para apresentar na próxima Assembleia Municipal.

Quanto ao Plano Diretor Municipal (PDM), lembrou que este se encontra em discussão pública, devendo ser apresentados os respetivos contributos, e que todos os contributos serão analisados.

Concluiu, considerando que os trabalhos permitiram um maior esclarecimento e transmitiu tranquilidade pelo facto do Município integrar o Parque Natural do Douro Internacional, o qual constitui uma salvaguarda fundamental e demonstra a sua eficácia nestas temáticas.

Manifestou que ficou expresso que há uma preocupação quanto ao investimento assumido pelo Município, designadamente na promoção territorial, na dinamização cultural e em projetos estratégicos como a instalação do Hotel Vila Galé. Salientou-se que, em consequência do que se encontra previsto para o território, muito do trabalho desenvolvido pela autarquia pode correr o risco de não alcançar os efeitos pretendidos, motivo pelo qual tais observações deverão ser devidamente consideradas.

Ressalvou a importância de todas as opiniões serem tidas em conta. Defendeu que as populações e os representantes locais deveriam ter sido ouvidos em primeira linha, devendo a sua opinião ser devidamente ponderada enquanto vozes do território. Concluiu, manifestando a expectativa de que a moção seja aprovada por unanimidade, ressalvando que este anseio não visa condicionar a liberdade de voto de nenhum Membro da Assembleia Municipal.

Acrescentou que estas temáticas servem, acima de tudo, para unir, salientando que, apesar da diversidade de pontos de vista, existem matérias verdadeiramente convergentes. Declarou retirar do debate um maior conforto ao verificar o empenho de vários intervenientes em prol do território, alinhados com a visão deste Executivo Municipal. Agradeceu, a concluir, a participação e os contributos prestados por todos os Membros.

Alertou para a necessidade de ter em atenção a data de 15 de julho, que marca o fecho da discussão pública, sublinhando a extrema importância dos contributos de todos no âmbito do PDM.

Frisou que o objetivo é garantir o desenvolvimento do concelho, o qual, contudo, não poderá ser alcançado à força de imposições. É certo que na altura das barragens, foram impostas, mas hoje em dia a situação é diferente, vivemos em democracia, vivemos em liberdade de expressão.

Recordou que este ano se comemoram os 50 anos do Poder Local, sendo essa a temática em destaque no próximo dia 10 de julho, data em que a TSF fará uma emissão em direto a partir de Miranda do Douro. No âmbito destas comemorações, manifestou a expectativa de que todos possam contribuir para o crescimento

e consolidação da democracia, não sendo um estado perfeito, é manifestamente superior a qualquer ditadura floreada.

A terminar, agradeceu a presença de todos os presentes, em particular dos Membros em regime de substituição, bem como a participação do Público.

Após resposta por parte da Presidente de Câmara, e nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou em deliberação um voto de confiança na Mesa da Assembleia Municipal para redação da ata em minuta, tendo sido aprovado por unanimidade.

Por fim, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por concluída a reunião eram catorze e sete minutos, da qual se lavrou a presente ata, que será submetida a aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 57º da Lei nº 75/2013.

O Presidente da Assembleia Municipal:

Assinado por: **Pedro Velho Ferreira**
Data: 2026.09.22 16:29:07+01'00'

A Secretária da Sessão:

Assinado com Assinatura Digital
Qualificada por:
MARIA LA-SALETE DA COSTA CUNHA
Oficial Público
Município de Miranda do Douro
Data: 23-09-2026 09:30:30